

# FOLHA DE S. PAULO

## Presidente do STJ faz lobby 22 NOV 2011 por candidatura de cunhada

Campanha para emplacar desembargadora  
no tribunal tem incomodado colegas

### Presidente do STJ faz lobby para pôr cunhada no tribunal

O presidente do STJ, Ari Pargendler, tem feito lobby no Congresso em busca de apoio para emplacar sua cunhada, a desembargadora Suzana Camargo, no tribunal. Ela está na lista tríplice levada a Dilma, que escolherá o ministro. Ambos não se manifestaram.

### Familiar do ministro é a terceira colocada da lista enviada para a escolha da presidente Dilma Rousseff

VERA MAGALHÃES  
DE SÃO PAULO

A escolha de um novo ministro para o STJ (Superior Tribunal de Justiça) desflagrou uma guerra de lobbies de partidários dos integrantes da lista tríplice levada à presidente Dilma Rousseff.

O mais aberto parte do presidente do tribunal, ministro Ari Pargendler, que é cunhado de uma das candidatas, a desembargadora Suzana Camargo, do TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região, com sede em São Paulo.

Suzana foi a terceira colocada na lista tríplice enviada a Dilma, atrás dos desembargadores Néfi Cordeiro, do TRF da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, e Assusete Magalhães, do TRF da 1ª Região, com sede em Brasília.

Pargendler, que é casado com a irmã de Suzana Camargo, tem acompanhado a desembargadora em um périplo por gabinetes de deputados e senadores, em busca de respaldo político à nomeação.

Apesar de a escolha caber a Dilma, a presidente costuma ouvir interlocutores antes de tomar a decisão.

A intenção é que os apoios credenciem os candidatos junto a esses conselheiros, entre os quais o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Em 19 de outubro, Suzana Camargo e Pargendler foram juntos a uma reunião com a bancada de Mato Grosso do Sul, onde ela começou sua carreira de juíza federal. Posaram inclusive para foto, postada no site do deputado Geraldo Resende (PMDB).

Depois do encontro, os congressistas do Estado mandaram cartas aos ministros Cardozo e Gleisi Hoffmann (Casa Civil), manifestando apoio a Suzana Camargo.

A atuação de Pargendler incomoda membros da corte. Dois ministros disseram à Folha, reservadamente, que se sentem constrangidos.

A desembargadora conta também com apoio do ex-governador Zeca do PT (MS) e do ex-ministro José Dirceu.

Suzana só integrou a lista tríplice em segundo escrutínio. Na primeira votação do pleno do STJ, com 29 ministros, teve 14 votos, menos que o mínimo de 17 necessários.

CONTINUA

22 NOV 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### OUTRO LADO

A Folha procurou Pargendler desde sexta-feira, e Suzana Camargo, ontem, para se manifestarem sobre evidências de lobby do ministro em favor de sua cunhada.

As perguntas foram encaminhadas por e-mail.

A assessoria do TRT da 3ª Região informou que Suzana "encontra-se hoje [ontem] em Correição Geral Ordinária na 30ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, em Osasco/SP", em virtude do que não poderia se manifestar sobre a reportagem.

A assessoria do STJ informou por telefone ontem à tarde que Pargendler estava viajando na sexta e ontem e não poderia se manifestar.

Suzana protagonizou episódios polêmicos nos últimos anos. Em 2009, informou ao então presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, que o gabinete dele havia sido grampeado.

No mesmo ano, questionou no STF a eleição de Paulo Octávio Baptista Pereira para a presidência do TRF da 3ª Região, na qual havia sido derrotada. A escolha foi anulada, e o Supremo determinou nova eleição.

Pargendler responde a procedimento criminal no STF para investigar se agrediu moralmente o ex-estagiário Marco Paulo dos Santos, demitido por ele após discussão no posto bancário do STJ.

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

22 NOV 2011

## STJ EM CAMPANHA

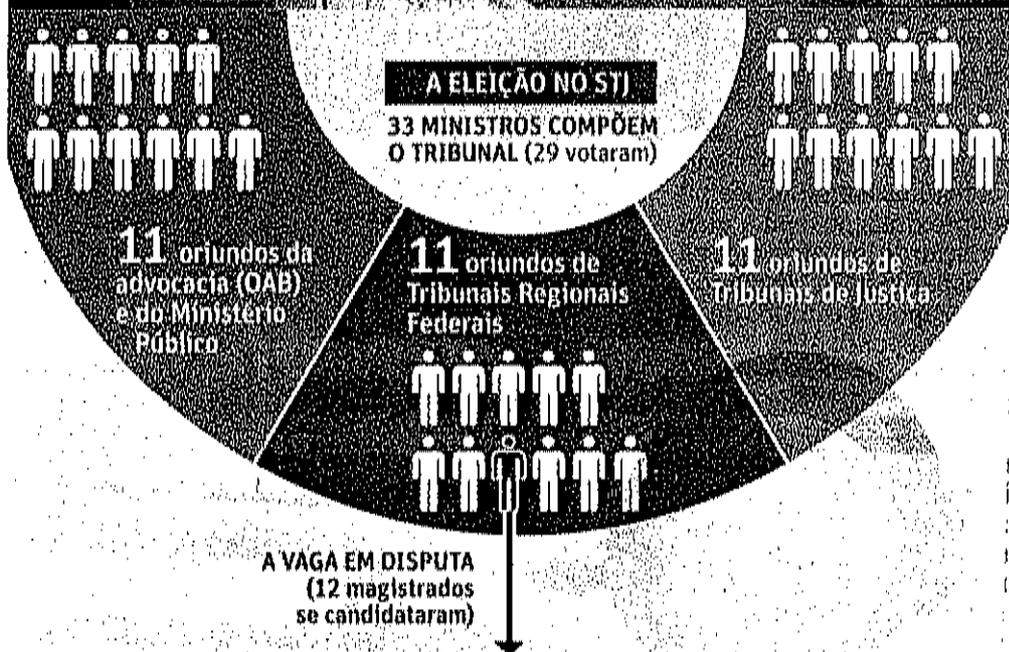
Presidente do tribunal visita gabinete de deputado para promover candidatura da cunhada a vaga na corte



Ari Pargendler,  
presidente do STJ

Geraldo Resende,  
deputado federal  
pelo PMDB-MS

Suzana Camargo,  
cunhada de Pargendler,  
candidata à vaga do STJ



### COMO É A ELEIÇÃO

**1** Os ministros do STJ escolhem, a partir de votação, três nomes entre os inscritos

**2** Essa lista é encaminhada para a presidente, que é responsável pela decisão

**3** O nome tem de ser aprovado pela maioria dos senadores

# FOLHA DE S. PAULO

A LISTA TRÍPLICE  
(e os padrinhos de cada um)

CONTINUAÇÃO

22 NOV 2011



**NÉFI CORDEIRO**

Primeiro na eleição, é apoiado pelo casal de ministros Paulo Bernardo (Comunicações) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil)



**ASSUETE MAGALHÃES**

Segunda colocada na lista, tem apoio dos peemedebistas José Sarney, presidente do Senado, e Renan Calheiros, líder da sigla na Casa



**SUZANA CAMARGO**

Terceira da lista, é apoiada por Pargendler, Zeca do PT, ex-governador de MS, e José Dirceu, deputado cassado do PT

## Outros concorrentes contam com apadrinhamentos políticos

Os outros dois integrantes da lista tríplice para a vaga no STJ (Superior Tribunal de Justiça) também contam com uma lista de apoios políticos.

Assuete Magalhães, desembargadora do TRF da 1ª Região, com sede em Brasília, conta com a simpatia de peemedebistas como o presidente do Senado, José Sarney, e o líder do partido na Casa, Renan Calheiros (AL).

Ela teve 20 votos na votação do plenário do STJ que tirou a lista tríplice.

Cada um dos 29 ministros tinha direito a três votos. Havia 12 candidatos inscritos.

O primeiro colocado na lista, desembargador Néfi Cordeiro, teve 25 dos 29 votos no primeiro escrutínio.

A seu favor atuam, de maneira discreta, os ministros Paulo Bernardo (Comunicações) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil), que são do Paraná, Estado que está na área de atuação do TRF da 4ª Região, no qual o magistrado atua.

A vaga a ser preenchida no STJ pertence à magistratura federal. O novo ministro vai atuar em uma das duas câmaras criminais do tribunal, responsáveis por julgar crimes de autoridades com foro naquela corte, como governadores e desembargadores.

22 NOV 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### Pressão sobre o CNJ

A decisão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de realizar um minucioso levantamento sobre o patrimônio de 62 magistrados sob investigação deve acirrar ainda mais a querela entre os defensores do órgão e os seus opositores.

Desde que começou a funcionar, em 2005, o CNJ foi alvo de restrições por parte da magistratura, incomodada com a cobrança por eficiência e transparência — muitas vezes confundida, numa visão corporativa ou de má-fé, com ameaça à independência do Judiciário.

Nos últimos dois meses os debates sobre o tema recrudesceram, ao ser examinado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) um recurso da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) para limitar os poderes do conselho.

A entidade classista pretende que o CNJ só intervenha em tribunais estaduais depois de esgotados todos os recursos nas instâncias fiscalizadoras locais.

Com alguma dose de verdade e também de falta de tato, a ação foi definida pela corregedora nacional de Justiça, Ellana Calmon, como “o primeiro caminho para a impunidade da magistratura, que hoje está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que

estão escondidos atrás da toga”.

Já se ressaltou neste espaço que o texto de criação do CNJ deixa claro que seus poderes predominam sobre as instâncias estaduais, justamente para evitar o corporativismo. Assim, apenas o Congresso Nacional, e não o Supremo, teria a competência de redefinir o escopo do conselho.

Agora, a investigação sobre a evolução do patrimônio de magistrados deve renovar as pressões por limites à atuação do CNJ. Segundo noticiado, o órgão tem obtido dados sigilosos em parcerias com a Polícia Federal, a Receita Federal, o Banco Central e o Coaf, que monitora movimentações financeiras atípicas. Juízes, investigados ou não, poderão argumentar que o acesso a essas informações exigiria autorização judicial.

Ainda que a questão pareça controversa, é preciso ter em mente que o CNJ é um órgão do Poder Judiciário. Embora suas atribuições não se estendam ao plano do processo penal, é seu dever fiscalizar a atuação da magistratura na esfera administrativa. E, para tanto, precisa ter acesso aos dados que considerar necessários, solicitando-os aos órgãos competentes.

# FOLHA DE S. PAULO

# Peluso protege identidade de juízes sob investigação

22 NOV 2011

AMB afirma que site revelou nomes de magistrados processados em tribunais

**Presidente do STF recua depois de publicar iniciais de juízes investigados por corregedores estaduais**

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

O Conselho Nacional de Justiça tirou ontem do site as iniciais de magistrados que respondem a processos disciplinares em tribunais estaduais —o que atende em parte a um pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Na semana passada, o presidente da entidade, Henrique Nelson Calandra, enviou ofício ao ministro Cezar Peluso, presidente do CNJ, alegando que a abreviatura poderia levar à identificação dos magistrados, constrangendo-os, e pediu a retirada da lista.

A iniciativa de Peluso foi tomada em outubro, depois que vieram à tona as divergências com a corregedora nacional, Eliana Calmon, que afirmara a existência de "bandidos" atrás da toga.

Na ocasião, Peluso recebeu 15 corregedores e anunciou que centralizaria a divulgação de dados no site do CNJ na área da presidência, para dar maior transparência.

A comunicação direta entre o CNJ e as corregedorias estaduais é atribuição da ministra Calmon. Ela tem evitado expor publicamente as divergências com Peluso. No dia 14, ela disse que os dados da corregedoria são mais precisos que os divulgados pela presidência do CNJ e sugeriu que havia riscos na divulgação das iniciais dos juízes.

No ofício que enviou a Peluso, o presidente da AMB citou que um site havia listado nomes de juízes sob investigação a partir das iniciais.

A lista começou a ser divulgada em 12 de novembro. Por ela, havia 1.353 processos em tribunais estaduais. A corregedoria nacional tem em seus cadastros 2.300 processos.



O presidente do STF, Cezar Peluso, em evento em S. Paulo

FOLHA DE S. PAULO

# Defensoria vai pedir indenização em parto 22 NOV 2011 para presas algemadas

Detentas denunciam humilhações, como caminhar com bebê no colo presas por algemas nos pés

**Pelo menos oito mulheres confirmaram maus-tratos; Secretaria de Administração Penitenciária nega**

A Defensoria Pública de São Paulo vai mover ações de danos morais para que as presas humilhadas durante o parto sejam indenizadas pelo governo estadual.

Conforme a **Folha** revelou na semana passada, detentas afirmam terem sido mantidas algemadas durante o parto em pelo menos dois hospitais da rede estadual.

A Secretaria da Administração Penitenciária nega que isso tenha acontecido (leia texto ao lado).

De acordo com o defensor Patrick Cacicedo, um grupo de mais de 60 presas que tiveram filhos afirmou a existência de humilhações.

Oito delas foram ouvidas formalmente num processo que apura as denúncias.

Há casos também, ainda segundo o defensor, de mulheres que tiveram os pés acorrentados logo após a operação e tiveram de caminhar com o filho no colo, pondo em risco o recém-nascido. "Eles parecem esquecer que estão lidando com seres humanos", disse Cacicedo.

O defensor diz que, juntamente com a Pastoral Carcerária, deve visitar até sexta-feira a Penitenciária Feminina Sant'Anna para ouvir mais presas. Se confirmadas novas denúncias, outras ações serão levadas à Justiça.

A presidente da comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB paulista, Ana Paula Zomer, disse considerar injustificável manter uma parturiente algemada. "Para mim, isso é um ato de barbárie", afirmou.

De acordo com a advogada, a comissão pediu uma reunião com o secretário da SAP, Lourival Gomes, para pedir explicações e, caso essas denúncias sejam confirmadas, punições aos funcionários envolvidos. "Depende de caso a caso, mas é, no mínimo, constrangimento ilegal. Não tenho dúvida de que isso está totalmente errado."

A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres informou que manter presas algemadas durante o parto é gravíssima violação dos direitos humanos. "Descumpre todas as leis nacionais e internacionais", informa.

O Ministério Público informou que hoje decidirá o que fazer sobre o caso. (ROGÉRIO PAGNAN E GIBA BERGAMIM JR).

22 NOV 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### MÃES ALGEMADAS

Detentas relatam humilhações durante o parto



#### A DENÚNCIA

A Pastoral

Carcerária e a Defensoria Pública receberam nos últimos meses denúncias de que pelo menos seis presidiárias foram mantidas algemadas durante o parto. A prática foi confirmada à Folha por funcionários de dois hospitais de São Paulo

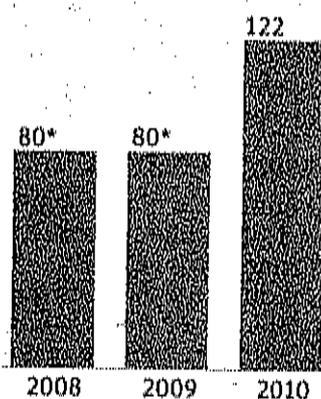


#### O QUE DIZ O GOVERNO

O secretário de Administração Penitenciária do Estado diz desconhecer casos de uso de algemas no parto. Segundo ele, a prática não é determinação da secretária

#### PRESAS GRÁVIDAS

No Estado de São Paulo



99

era o número de presas grávidas até agosto deste ano

\*número aproximado

### Secretarias negam acusações de detentas

Procurado ontem por meio de sua assessoria, o secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, não respondeu ao pedido de entrevista feito pela Folha.

A assessoria informou que ele não falaria a respeito, mas que uma nota seria emitida. Até 20h30 de ontem, não houve nenhuma resposta.

Também procurado, o governador Geraldo Alckmin afirmou que cabia ao secretário comentar o tema.

Na semana passada, Gomes disse que as denúncias devem ser vistas com cautela. "É o que diz uma presa num universo de 12 mil mulheres."

A Secretária da Saúde informou desconhecer o uso de algemas. "A pasta esclarece que eventuais medidas de segurança são definidas por agentes penitenciários que acompanham as pacientes, caso entendam que haja risco à integridade da equipe que irá prestar o atendimento."

**22 NOV 2011**

## **FOLHA DE S. PAULO**

### **Justiça mantém prisão preventiva de motoristas de racha**

**DE CAMPINAS** - A Justiça de Campinas (SP) manteve em prisão preventiva por 60 dias, com possibilidade de prorrogação, os dois motoristas envolvidos no racha que terminou com o atropelamento e morte, na sexta, do lutador de jiu-jítsu Kaio César Alves Muniz Ribeiro, 23. Na sexta, os empresários Adriane Aparecida Ignácio de Souza, 42, e Fabrício Narciso Rodrigues da Silva, 32, foram indiciados sob suspeita de homicídio doloso (intencional), fuga do local, embriaguez ao volante e racha.

O advogado de Silva disse que ele não teve participação no acidente. Os de Adriane Souza não responderam aos recados da **Folha**.

22 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Moradores se unem e barram crescimento de bairro paulistano

Liminar na Justiça proíbe projeto que levaria mais 37 mil pessoas à Vila Sônia e a regiões próximas, como Butantã

**Vizinhança de áreas visadas pelo mercado imobiliário travam guerra contra novos lançamentos**

VANESSA CORREA  
DE SÃO PAULO

Organizados em entidades e comunidades na internet, moradores de diversos bairros paulistanos declararam uma verdadeira guerra contra lançamentos imobiliários.

Ontem, associações do bairro do Butantã, na zona oeste, venceram o que consideram uma batalha significativa: obtiveram uma liminar na Justiça que paralisa a operação urbana Vila Sônia, cujo projeto pretende levar mais 37 mil pessoas para a região.

A operação permitiria que construtoras aumentassem os prédios residenciais e comerciais em troca de taxas antecipadas pagas à prefeitura.

"Faz mais de seis anos que pedimos para participar, e não somos ouvidos. No fim de agosto, convocaram a população para conhecer o projeto pronto. Então a comunidade se sentiu desrespeitada", diz Sérgio Reze, membro da Rede Butantã e do Movimento Defenda São Paulo.

## 'SALVEM OS QUINTAIS'

Manifestações e abaixo-assinados já não são novidade em áreas que vêm sendo valorizadas, como Butantã, Mooça e Cerqueira Cesar.

Outro local que tenta frear os espigões em suas ruas arborizadas e ainda repleta de casinhas é a Vila Mariana.

O valor do metro quadrado no bairro da zona sul foi um dos que mais cresceu na cidade, batendo R\$ 10 mil.

Os moradores se mobilizam em grupos como "salvem os quintais" e "o outro lado do muro". Neste último, incentivam quem passa na rua a espiar dentro de terrenos em obras. Eles já conseguiram fazer a prefeitura suspender a autorização para a construção de um novo condomínio.

## 'ESPETÁCULO'

No próximo sábado, moradores da Vila Romana, na zona oeste, vão começar um movimento chamado "Caçamba da Vez", um protesto contra as construtoras.

A manifestação terá altofalantes dentro de uma caçamba, com gravações de moradores e urbanistas. A ideia é fazer oposição ao "espetáculo imobiliário", que vende um bairro como repleto de "cultura local, casinhas charmosas", enquanto "tratores e escavadeiras o exterminam".

A urbanista e relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, critica a falta de participação pública no desenvolvimento da cidade.

"Essas mobilizações ocorrem pela absoluta falta de canais de expressão para debate sobre a questão urbana", afirma a urbanista.

Maurício Antonio Ribeiro Lopes, autor da ação civil que paralisou hoje a operação urbana Vila Sônia, diz que percebe um crescimento da mobilização de moradores, e atribui parte do problema à falta de participação pública no planejamento da cidade.

"Não vejo elitismo. Vejo como legítima defesa do resto de qualidade de vida desses moradores", afirma.



# GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

## Em sigilo, CNJ faz segunda inspeção no Paraná

Rosana Felix

22 NOV 2011

De forma sigilosa, uma equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começou ontem uma segunda rodada de análise sobre a Justiça Estadual do Paraná. O objetivo é verificar se foram sanadas as irregularidades encontradas no estado na inspeção realizada pelo CNJ em novembro de 2009 — as quais surpreenderam o órgão de controle máximo do Judiciário. No relatório sobre a primeira inspeção, divulgado em julho do ano passado, o CNJ havia feito 113 recomendações para a regularização da prestação do serviço.

O CNJ informou, via assessoria de imprensa, que não poderia divulgar a programação da nova inspeção. Em entrevista à *Gazeta do Povo* há três semanas, a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, afirmou que a situação do Paraná causou espanto, pois se esperava um tribunal mais bem estruturado, devido à riqueza e ao número de habitantes do estado. Segundo ela, o TJ tem prestado informações sobre o cumprimento das determinações, mas os membros do CNJ precisam verificar isso pessoalmente.

A equipe do CNJ fica no Paraná até sexta-feira. Não há previsão de quanto tempo levará para o órgão produzir um relatório sobre essa segunda inspeção.

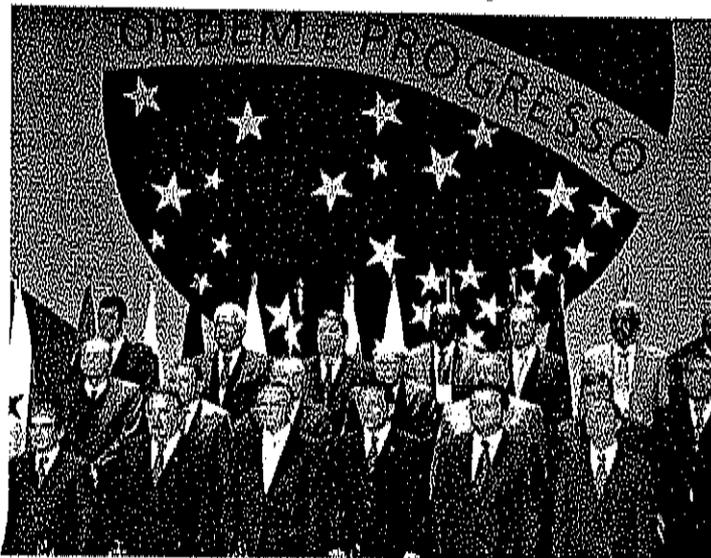
### Patrimônio

Eliana Calmon, afirmou ontem, em coletiva de imprensa em Belém (PA), que o CNJ está investigando a evolução do patrimônio de 62 magistrados de todo o Brasil. Segundo informações do site do CNJ, alguns deles foram denunciados, mas outros apenas deixaram de entregar declaração de renda. A corregedora ressaltou que a investigação não quer dizer que os 62 investigados cometeram irregularidades, e disse que algumas denúncias são motivadas por vingança de pessoas que não concordaram com as sentenças dos juízes.

Para fazer a avaliação do patrimônio, o CNJ terá o apoio da Receita Federal do Brasil, da Controladoria-Geral da União e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

22 NOV 2011

## GAZETA DO POVO



### PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A 21ª Conferência Nacional dos Advogados foi aberta ontem em Curitiba (foto), com os holofotes voltados para a liberdade de expressão nos meios de comunicação e na sociedade. OAB também defendeu uma urgente reforma política para combater a corrupção no país.



No primeiro dia do evento, liberdade jornalística e justiça criminal dominaram discussões entre juristas brasileiros.

CONTINUA

22 NOV 2011

GAZETA DO POVO

# XXI Conferência Nacional dos Advogados

DIREITO

## Um manifesto pela liberdade

Evento com 7 mil inscritos teve defesa da atuação da imprensa e crítica à cultura das prisões preventivas no país

*Polianna Milan, Rodrigo Böttsta e Livia Lakomy, especial para a Gazeta*

A 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, que acontece em Curitiba até quinta-feira, teve ontem a primeira rodada de palestras centrada no tema "Liberdade, Democracia e Meio Ambiente". A liberdade foi a palavra-chave dos debates das palestras no painel principal "Direito de Liberdade", realizado no Grande Auditório do Teatro Positivo, e também assunto corrente nos outros painéis. Ao todo, participam do evento 7 mil inscritos (3.350 de Curitiba; 1,2 mil de outras cidades do Paraná e 2.450 de outros municípios do Brasil). Nas palestras, muitos debates e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação brasileira.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto, um dos grandes nomes do dia, participante do painel principal, relacionou a importância da liberdade de imprensa na manutenção da democracia do Brasil. "A imprensa vitaliza, tonifica todos os conteúdos da democracia."

### Excessos

No painel "Direitos e garantias do Investigado, Indiciado e Réu", Miguel Reale criticou a influência da mídia nos processos criminais. Segundo ele, a mídia tem se exacerbado em seu papel, refletindo não a opinião da maioria, mas de quem determina como a notícia será veiculada.

Reale disse que não é a função da imprensa ser neutra, uma vez que ela tem o dever de informar e criticar. Mas, segundo ele, a mídia deve ter limites em relação ao adiantamento de convicções. "Nesses casos, deve existir o direito de resposta, para garantir que haja um julgamento justo."

Já o presidente da Ordem dos Advogados no Paraná (OAB-PR), José Lúcio Glomb, ressaltou a importância da liberdade de imprensa, durante a sessão de abertura do evento, pela manhã.

"É fundamental preservar as garantias individuais com a vigência de instrumentos legais e o direito irrestrito ao livre pensar. Controlar os meios de comunicação significa implantar a censura por vias oblíquas. E sabemos como a censura custa caro para a população que tem todo o direito de se informar, de ser informada, de informar." Para Glomb, quem deve apreciar os possíveis excessos e abusos cometidos pela imprensa é o Judiciário, e de forma independente.

### Presos

No painel sobre "Segurança Pública", a crítica principal foi o excesso de autoritarismo e, em decorrência disso, o uso excessivo de prisões preventivas (antes do julgamento) no país. Hoje o Brasil tem 500 mil presos e a situação das carceragens e penitenciárias não é nada animadora. Os palestrantes lamentaram o fato de o Brasil seguir os passos dos EUA, que hoje já têm 2,5 milhões de encarcerados.

"Sabemos que o quadro é desolador. O direito fundamental é praticamente nulo. O que se pretende é intensificar ainda mais a atuação do Ministério Público", afirmou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Ele lembrou os mutirões que têm sido feitos nas carceragens e nas penitenciárias para rever a situação dos presos.

O ministro do STF Marco Aurélio Mello abriu a palestra no tom que praticamente todos os outros seguiram: "pagamos um preço módico por viver em uma democracia; o respeito irrestrito às regras estabelecidas". O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, salientou que apesar de o cidadão estar protegido por uma constituição cidadã, o país tem a marca de uma história extremamente autoritária. E o pior: historicamente na política de segurança pública valerá a "lei do preto": que acaba sendo sempre o mais marginalizado.

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 22 NOV 2011

## ABERTURA

### “Brasil parece parlamento inglês antigo”, diz Dallari

Ramila Mendes Martins

Na Conferência Magna de abertura da 21ª Conferência Nacional dos Advogados, o advogado e professor da Universidade de São Paulo (USP) Dalmo de Abreu Dallari afirmou que, de 1978 até os dias de hoje, houve uma ampliação substancial dos direitos de liberdade do cidadão e dos direitos humanos.

Contudo, salientou ele, “estamos sofrendo a influência de um sistema político instaurado no século 18 que influenciou muito na concepção do direito e que ainda influencia nos dias de hoje”.

#### Semelhança

O professor defendeu que o Brasil de hoje parece muito com o parlamento inglês do século 19, cuja Câmara dos Comuns era formada pelos advogados dos burgueses da época, que exerciam o mandato de acordo com as recomendações transmitidas por seus representados.

Por aqui, diz ele, há ainda muitos representantes que atendem a determinados interesses, normalmente daqueles que ajudaram em suas campanhas.

Ele citou o exemplo da senadora Kátia Abreu, do Tocantins,

que é ao mesmo tempo senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

“A presença da força do agronegócio ficou mais evidente com as discussões do Código Florestal no Congresso. A senadora Kátia Abreu é presidente da Confederação da Agricultura e membro do Senado. É evidente que como tal vai dar prioridade a essa entidade, e muitas vezes os interesses dessas sociedades se opõem aos do povo brasileiro. Na prática, ela tem defendido os interesses do agronegócio”, ressaltou.

**“É hora de mudar. Precisamos de um Legislativo forte, para que cumpra seu papel fundamental.”**

José Lúcio Glomb,  
presidente da OAB-PR.



CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 22 NOV 2011

## OAB cobra reforma política "urgente"

Na sessão solene de abertura da 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional, Ophir Cavalcante, e da OAB Paraná, José Lúcio Glomb, ressaltaram a necessidade de uma urgente reforma política ampla e irrestrita no país. A plateia do Teatro Positivo aplaudiu quando Cavalcante afirmou que a corrupção não é mais endêmica no Brasil, mas sim institucional, tornando-se presente em todas as esferas de poder.

"Não podemos simplesmente ignorá-la, mas antes buscarmos nosso espaço, sob pena de deixar-

mos nosso papel de vanguarda. Se pensam os governantes de plantão que essa corrupção está a protegê-los, esta é a capa de uma democracia corroída por dentro." Segundo ele, a reforma política é a mãe de todas as reformas.

Cavalcante ressaltou, ainda, a importância da Lei da Ficha Limpa e o papel dos advogados para que ela seja aplicada o quanto antes. "A sociedade deu um passo a partir da Lei da Ficha Limpa, cuja constitucionalidade a OAB busca no Supremo. Essa é uma das maiores armas que a advocacia brasileira tem para contribuir para a efetiva demo-

cratização em nosso país."

Glomb também cobrou a realização de uma reforma política ampla e completa. Segundo ele, o caso dos Diários Secretos da

Assembleia Legislativa do Paraná, revelado pela Gazeta do Povo e pela RPTV, demonstra a necessidade dessa reforma. O excessivo número de cargos comissionados nas esferas legislativas, segundo ele, também seriam indícios da necessidade de mudanças efetivas no campo político. "É hora de mudar. Precisamos de um legislativo forte, que cumpra seu papel fundamental." (KMM)

## União afetiva entra em debate

Pela primeira vez na história da Conferência Nacional dos Advogados foi debatido o tema direitos dos homossexuais, em especial o do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Na palestra, que compôs o painel Direito de Liberdade, a advogada e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Maria Berenice Dias, disse que é importante a aprovação de um projeto de emenda constitucional (PEC) que inclua os direitos dos homossexuais na carta magna brasileira.

Citando artigos da Constituição que asseguram o direito da liberdade de expressão e de culto, a advogada disse que não é mencionado qualquer direito dos homossexuais. "O segmento LGBT [lésbicas, gays, bissexuais e transexuais] é o mais excluído por não ter o apoio da família", disse. Ao falar da lei que reconheceu o direito dos homossexuais de constituir uma família, ela ainda apontou a necessidade do reconhecimento constitucional desse novo tipo de composição familiar. (RB)

## BESSA

"A mídia não traduz a seleção da maioria, mas do seletor da notícia."

Miguel Reale Junior, ao falar ontem na Conferência Nacional dos Advogados sobre "A Influência da Mídia nos Processos Criminais". Ele citou o jurista paranaense René Dotti, que foi aplaudido de pé.

# GAZETA DO POVO

## CONTINUA

### PROGRAMAÇÃO

Confira os painéis centrais do evento e os debates do último dia:

#### HOJE

Das 08h30 às 12h30

5: Direito de Igualdade

6: Direito Social à Educação –

Destaque para o painel A

*Importância dos Instrumentos de*

*Avaliação dos Ensinos Médio e*

*Superior, conduzido pelo Ministro*

*da Educação Fernando Haddad*

7: Direito Administrativo

8: Processo Civil, Celeridade

e Direito de Defesa – Destaque

para o painel *As Principais*

*Inovações no Projeto do Novo*

*CPC, conduzido pelo Ministro*

*do STF Luiz Fux*

Das 14h30 às 18h30

9: Direito Tributário

10: Direito à Saúde e à

Alimentação

11: Direito do Consumidor

12: Direitos e Garantias dos

Advogados

#### AMANHÃ

Das 08h30 às 12h30

13: Direito de Propriedade

14: Direito Social do Trabalho

15: Direito Ambiental

16: Judiciário, Ministério Público e

Democracia

Das 14h30 às 18h30

17: Dignidade e Direitos Humanos

18: Direitos da Família, da Criança,

do Adolescente e do Idoso

19: O Problema da Eficácia

dos Direitos Sociais

20: A Nova Realidade do

Exercício da Advocacia

#### DEBATES –

#### QUINTA-FEIRA

Das 9 às 11 horas

Cotas Raciais e Sociais

Proteção Ambiental e

Desenvolvimento

Controle da Comunicação

# 22 NOV 2011

### NOTAS CURTAS

A abertura do evento também foi marcada por faltas e homenagens:

#### Ausências

- ▶ Duas faltas foram bastante sentidas no primeiro dia da conferência: os ministros do Supremo Tribunal Federal José Antônio Dias Toffoli e Gilmar Mendes não puderam comparecer, embora suas participações estivessem confirmadas.

#### Crítica

- ▶ O advogado e professor do Centro Universitário de Brasília Jorge Fontoura criticou a criação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro no painel sobre "Segurança Pública". "É só olhar para as UPPs. Estamos tão ariestelados que não percebemos o absurdo da questão", disse.

#### Atraso

- ▶ No mesmo painel, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, era o primeiro palestrante, mas não estava presente quando a exposição começou. Ele chegou atrasado. Assim que apareceu, nem se sentou: pegou logo o microfone e discursou para a platéia.

#### Aplausos

- ▶ O paranaense René Dotti, que recentemente completou 50 anos de advocacia, foi aplaudido de pé ao defender a aplicação efetiva da Constituição e lembrar a Conferência de 1978, a última realizada em Curitiba.

## CONTINUAÇÃO

# GAZETA DO POVO

LEGISLATIVO • PRESSIONADO, PRESIDENTE DO LEGISLATIVO  
PEDE AFASTAMENTO DO CARGO E SE LICENCIA DO PSDB

# Após 4 meses de crise, Derosso deixa presidência da Câmara

22 NOV 2011

¶ Pressionado por uma denúncia do Ministério Público à Justiça, o vereador João Cláudio Derosso pediu afastamento da presidência da Câmara de Curitiba por 90 dias e se licenciou de seu partido, o PSDB. O pedido foi votado na sessão de ontem e aprovado por unanimidade. A decisão de Derosso não deve interferir no trâmite da ação proposta, na semana passada pelo MP por improbidade administrativa devido a irregularidades em licitações da casa, denunciadas há quatro meses. Os promotores pedem, além do afastamento do cargo até que a ação seja julgada, o bloqueio de bens de Derosso no valor de R\$ 5,9 milhões.

¶ Interino, Sabino Picolo tem como prioridade "a implantação do ISO 9001".

¶ **Calso Nascimento:** "Não foi um ato de repentino bom senso, mas uma capitulação frente ao que os advogados de Derosso certamente consideraram inevitável."

**"Fui eleito em 1997 e fiz a transformação que essa Casa precisava e ainda precisa; uma transformação física, administrativa e em transparência."**

João Cláudio Derosso,  
presidente afastado da Câmara de Curitiba, após deixar o cargo na tarde de ontem.

22 NOV 2011

GAZETA DO POVO

# Pressionado por ação do MP, Derosso se afasta da Câmara

Presidente do  
Legislativo Municipal  
foi denunciado à  
Justiça por  
improbidade e poderia  
ser tirado do cargo a  
qualquer momento

Chico Marés

A contragosto, o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), pediu afastamento por 90 dias do comando da Casa. O pedido foi votado na sessão de ontem e aprovado por unanimidade. Além disso, Derosso se licenciou do PSDB (leia mais na página 14). No pedido, Derosso se diz vítima de perseguição política por parte da imprensa, deixa claro que o pedido "não é de seu desejo no presente momento" e diz que seu afastamento servirá para facilitar os trabalhos de investigação das denúncias das irregularidades nos contratos de publicidade. Quem assume a presidência interinamente é Sabino Picolo (DEM).

Derosso está sob suspeita de ter cometido irregularidades na contratação de agências de publicidade para a Câmara. Apenas duas empresas responderam ao edital publicado em 2006. Uma delas é a Oficina da Notícia, de propriedade de sua atual esposa, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes. O caso foi

investigado pelo Ministério Público, pelo Conselho de Ética da Câmara, pelo Tribunal de Contas e por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Em entrevista à RPTV, Derosso afirmou que sempre cumpriu decisões judiciais e que, por isso, pediu seu afastamento. "Uma vez que fui denunciado pelo Ministério Público (...) achei por bem tirar essa licença temporária para que a Justiça tenha toda a tranquilidade e ver que tudo aquilo que foi feito estava correto", disse o vereador. Derosso também defendeu seu legado no comando da Câmara. "Fui eleito presidente em 1997 e fiz a transformação que essa Casa precisava e ainda precisa, uma transformação física, administrativa e em transparência."

Na última quinta-feira, o MP entrou com uma ação por improbidade administrativa contra Derosso. A ação incluía um pedido liminar de afastamento do vereador da presidência da Câmara e o bloqueio de seus bens. Além disso, o MP pede também a devolução de R\$ 5,9 milhões aos cofres públicos. Com essa suspensão iminente, vereadores da base de apoio ao prefeito Luciano Ducci (PSB), incluindo o próprio Derosso, se reuniram ontem e decidiram, em conjunto, que seria melhor que ele se afastasse por conta própria. "Houve uma reunião de lideranças com o presidente e chegou-se ao entendimento de que seria importante para o Parlamento que houvesse esse pedido de afastamento", afirma o vereador Pastor Valdemir Soares (PRB), um dos principais aliados de Derosso.

Já a oposição avalia que a saída de Derosso deve ser positiva para a Câmara. "Desde o início desse processo nós já defendíamos o afastamento dele", comenta o vereador Pedro Paulo (PT). Entretanto, a vereadora Professora Josete (PT) pontua que a saída veio em um momento em que ele já não tinha mais outra saída. As investigações começaram há quatro meses, mas só agora o vereador decidiu se afastar do cargo. "Para ele, é menos mau pedir o afastamento do que ser afastado pela Justiça", diz a vereadora.

Apesar da licença, o Conselho de Ética ainda deve apresentar um outro pedido de afastamento do presidente da Casa. Existem duas diferenças entre os dois processos: o processo do Conselho é punitivo, enquanto o afastamento pedido pelo MP é cautelar. Além disso, os vereadores podem determinar que Derosso se afaste do cargo de vereador, e não só da presidência da Casa. A comissão que avalia essa punição ainda não tem uma data para apresentar esse pedido e nem a duração desse afastamento — que pode ser de até 90 dias.

# GAZETA DO POVO

O CASO

## CONTINUAÇÃO 22 NOV 2011

Relembre episódios do caso que culminou com o afastamento do presidente da Câmara de Curitiba:

**Julho** – Reportagem da Gazeta do Povo revela que contratos de publicidade da Câmara são investigados pelo Tribunal de Contas do Estado. Apenas duas agências concorreram à licitação em 2006; uma delas é a Oficina da Notícia, de propriedade de Cláudia Quelroz Guedes, mulher de Derosso. O caso é levado ao Conselho de Ética.



Arquivo Nascimento/Gazeta do Povo

a ouvir depoimentos. Cláudia Quelroz Guedes não comparece.

**Novembro** – Publicitário depõe à CPI e diz ter ligação profissional com a agência de Cláudia Guedes. A mulher de Derosso também depõe, nega irregularidades e diz que o aditivo do contrato, feito quando ela já era casada com o vereador, teve parecer favorável da Procuradoria da Câmara. O Ministério Público apresenta denúncia à Justiça, pede o afastamento de Derosso e a devolução de R\$ 5,9 milhões. Derosso pede afastamento.

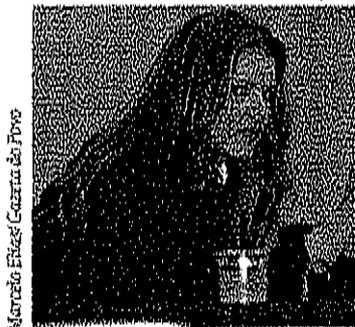
**Agosto** – Os vereadores decidem instalar uma CPI na Câmara para apurar as denúncias. Procuradoria da Câmara nega pedido de afastamento de Derosso da presidência. Derosso dá dois depoimentos ao Conselho de Ética, um deles a portas fechadas, e nega irregularidades.

**Setembro** – Aliados de Derosso, porém, ficam com os cargos mais importantes da CPI. Conselho de Ética encerra trabalhos pedindo afastamento de Derosso da presidência. É instalada uma comissão de inquérito para elaborar resolução pedindo esse afastamento. No dia 28, manifestantes entram na Câmara e fazem protesto pedindo que o vereador seja afastado.

**Outubro** – Relator da denúncia de que a revista Câmara em Ação, paga pela Câmara, nunca teria circulado, o vereador Dirceu Moreira sugere o arquivamento do caso. A CPI começa



Arquivo Senado/Argemir/CP



Arquivo Ética/Câmara do Povo

**“Achei por bem tirar essa licença temporária para que a Justiça tenha toda a tranquilidade e ver que tudo aquilo que foi feito estava correto.”**

João Cláudio Derosso, presidente licenciado da Câmara de Curitiba.

**GONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO 22 NOV 2011

### JUSTIÇA

## Procuradoria espera afastamento judicial

Karlos Kohlbach

O pedido de afastamento temporário por 90 dias da presidência da Câmara Municipal de Curitiba, feito ontem pelo vereador João Cláudio Derosso (PSDB), não deve interferir no trâmite da ação de improbidade administrativa proposta na semana passada pelo Ministério Público Estadual. Apesar da iniciativa de Derosso, os promotores aguardam um posicionamento da Justiça sobre o afastamento.

"Não adianta se afastar por 90 dias. Na ação, pedimos à Justiça o afastamento do João Cláudio Derosso até que a ação seja julgada e transitada", disse a promotora Danielle Thomé, uma das que assinam a ação de improbidade. O juiz Jailton Juan Carlos Tontini, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, deve se manifestar nesta semana sobre o pedido feito pelo MP.

Além do afastamento, os promotores pediram liminarmente o bloqueio de bens de Derosso e a devolução de R\$ 5,9 milhões aos cofres públicos. Investigações do MP indicaram que o presidente da Câmara direcionou a licitação de publicidade da Casa, em 2006, para contratação da agência de comunicação Oficina da Notícia - cuja dona é a jornalista Cláudia Quelroz Guedes - mulher de Derosso.

### OPINIÃO

Rogério Waldrigues Galindo  
reporter da Gazeta do Povo

## Derosso não perdeu a guerra, mas ficou mais fraco

João Cláudio Derosso construiu seu poder com base em dois fatores essenciais: por um lado, a força que tem na região do Xaxim, que sempre lhe garantiu a reeleição; por outro, o poder de unir os vereadores aliados ao prefeito da vez, que lhe rendeu oito mandatos de presidente da Câmara.

Ainda não se sabe qual será o efeito das atuais denúncias sobre a votação popular de Derosso. O caso da Assembleia, em que os principais suspeitos de irregularidades foram reconduzidos ao cargo mesmo depois de fatos gravíssimos, faz imaginar que o vereador pode ter uma sobrevivência política.

No entanto, o pedido de afastamento da presidência mostra claramente que o poder de Derosso sobre seus pares não é mais o mesmo. Depois de 15 anos como presidente, o tucano viu sua margem de manobra diminuir rapidamente. A denúncia do Ministério Público à Justiça parece ter sido o tiro de misericórdia no poder de Derosso.

No momento, o vereador não parece ter nenhuma carta na manga. Se for assim mesmo, seu ciclo, que parecia inabalável, pode ter chegado ao fim.

### NAO RESPONDIDO

A Investigação sobre os contratos de publicidade da Câmara ainda não respondeu a muitas das dúvidas sobre o caso. Veja o que já se sabe e o que resta responder:

#### O fato de Cláudia Quelroz ser funcionária da Câmara na época da licitação torna o contrato irregular?

A lei brasileira proíbe que funcionários públicos participem de licitações.

#### Cláudia e Derosso já tinham um relacionamento na época da licitação?

Os dois negam. Dizem que se conheciam, mas que não eram namorados. Depoimentos, porém, mostram que os dois já tinham ligação profissional prévia.

#### Houve favorecimento às agências contratadas em 2006?

O edital da licitação foi publicado apenas no Diário Popular. Apenas duas agências disputaram os contratos e venceram.

#### A revista Câmara em Ação realmente circulou?

Embora a Câmara tenha pago pelo material, mesmo os vereadores dizem que não viram a publicação circular. Derosso garante que os números existem.

CONTINUA

# 22 NOV 2011

## GAZETA DO POVO

### SUCCESSOR CONTINUAÇÃO

**Sabino Picolo**, vereador (DEM) e primeiro-vice-presidente da Câmara de Curitiba.

#### Como o senhor avalia o afastamento temporário de Derosso?

Acho que pela situação, estava insustentável. Foi uma decisão dele, não tenho o direito de opinar, mas acho que ele fez o melhor. Acho que vou ser presidente pelos 90 dias. Não sei como vai se desenrolar, mas acho que vai ser temporária.

#### Como ficam os trabalhos da CPI que investiga Derosso?

A CPI vai transcorrer normalmente. Eles estavam trabalhando forte e vão continuar normalmente. Os vereadores estão fazendo um bom trabalho.

#### Apesar do escândalo dos contratos de publicidade, a Câmara de Curitiba abriu licitação para contratação de duas empresas para prestar este serviço. O senhor pretende dar andamento a esta licitação?

Vamos fazer uma reunião com os vereadores da Mesa Executiva e tomar uma decisão. Tudo que nós vamos fazer será com apoio total da nossa procuradoria jurídica. A Mesa vai tomar essa decisão. Eu quero fazer uma gestão compartilhada com todos da Mesa, não será uma decisão do presidente e sim da Mesa. Eu tenho que consultar o Tribunal de Contas e ver bem a lei como funciona.

#### O senhor pretende manter os funcionários comissionados que trabalham no gabinete



Demétrio Caspary/ Gazeta do Povo

**SABINO PICOLO**

#### da presidência?

Vamos avaliar com a diretoria da Câmara e com os componentes da Mesa Executiva. Eu vou avaliar os funcionários saber quem é quem, mas a maioria é nossa conhecida. É cedo para falar alguma coisa.

#### O que esperar da sua gestão como presidente da Câmara?

Vamos fazer uma reunião com os vereadores da Mesa Executiva e depois com todos os parlamentares para traçar um plano de trabalho visando uma administração transparente, com honestidade, lealdade e muito trabalho.

#### Qual será a prioridade?

Eu tenho um requerimento de 1997 que visa implantar o ISO 9001 na Câmara de Curitiba para dar qualidade. A ideia é tornar a Câmara tão eficiente como uma empresa privada. (KK)

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 NOV 2011

## Nova ação pede devolução de verba gasta em publicidade

A vereadora Renata Bueno (PPS) deve entrar hoje com uma ação popular contra o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), pedindo a devolução de toda a verba de publicidade gasta entre 2006 e 2011 — um total de R\$ 33,9 milhões. Na ação, a vereadora deve apresentar também um pedido liminar de afastamento e de bloqueio de bens. O pedido deve se somar à denúncia do Ministério Público (MP) à Justiça, apresentada na última quinta-feira, que também pede ações preventivas.

A ação foi baseada nos documentos repassados pela diretoria da Câmara ao deputado federal Rubens Bueno (PPS), pai de Renata. Foram analisadas mais de nove mil páginas de documentos, que devem embasar o processo. Nos papéis, segundo a vereadora, constam provas de que a verba era gasta com divulgação pessoal. Isso contraria o artigo 37 da Constituição Federal, que diz, entre outras coisas, que na publicidade paga com verba oficial não podem "constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

A maior parte da verba gasta em divulgação institucional bancou matérias publicadas em diversos jornais da capital e da região metropolitana. Isso está

comprovado nos arquivos da Câmara. Os documentos que comprovam os pagamentos de veiculação publicitária são, na maioria, recortes de jornais, acompanhados de uma nota fiscal dizendo quanto foi pago pela instituição ao veículo. Nesses recortes, constam matérias elogiosas a respeito de diversos vereadores. Algumas, inclusive, com fotos.

A diferença entre a ação de Renata e a do Ministério Público é o foco. Enquanto os promotores acionam Derosso por causa de irregularidades na licitação, a vereadora questiona tanto a licitação quanto a execução do contrato. Além das matérias pagas, são questionadas irregularidades na contratação das empresas e na execução da revista Câmara em Ação, que consumiu R\$ 18,3 milhões.

Não é a primeira vez que Renata vai à Justiça contra o presidente da Casa. A vereadora apresentou uma liminar para forçar a criação de uma comissão processante na Câmara, que deveria colocar em votação o afastamento do vereador. O pedido foi aprovado em primeira instância no dia 1.º de setembro, mas foi cassado pelo Tribunal de Justiça seis dias depois. Por meio de sua assessoria, Renata disse que ainda vai insistir para que o afastamento seja votado em plenário, uma vez que isso forçaria os vereadores a tomar uma posição política a respeito do assunto.

### Ação popular

A ação popular é um instrumento previsto na Constituição Federal no qual qualquer eleitor pode pedir a anulação de atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Por esse tipo de ação, o cidadão pode pedir a devolução do dinheiro público que acredite ter sido mal utilizado. Quem devolve esse dinheiro é a autoridade ou servidor responsável pela lesão. No caso da ação proposta por Renata, o réu será o próprio presidente da Câmara. (CM)



Renata Bueno: vereadora pede a devolução de R\$ 33,9 milhões.

22 NOV 2011

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

## Derosso fora

Enfim, forçado pela circunstância de que a qualquer momento um oficial de justiça poderia notificá-lo para se afastar do cargo, o vereador João Cláudio Derosso comunicou ontem que ficará 90 dias longe da presidência da Câmara Municipal. Não foi, portanto, um ato de repentino bom-senso, mas uma capitulação diante do que seus advogados certamente consideraram inevitável — isto é, que a qualquer momento a Justiça poderia acatar a ação de improbidade administrativa impetrada pelo Ministério Público e, liminarmente, o mandasse desocupar a cadeira.

A ação do MP deu entrada na quinta-feira passada e, sem nem mesmo esperar a decisão judicial, bastaram quatro dias para que Derosso preferisse a adotar por conta própria a licença por três meses. Quatro dias são diferentes de quatro meses — prazo que a Câmara já gastou para não chegar

a lugar nenhum. Quatro procedimentos examinados pelo Conselho de Ética e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não tiveram até agora quaisquer consequências práticas.

Para os vereadores, tanto a ação do MP quanto a iniciativa de Derosso de se afastar "voluntariamente" soaram como um alívio. Comprometidos em dar-lhe proteção — tarefa que vinham cumprindo, aliás, com brilhantismo —, os últimos fatos livraram-nos desse peso, cada vez mais insuportável e inexplicável perante a opinião pública e os eleitores. Agora, de certa forma, o Conselho de Ética e a CPI perderam objeto.

A ação do MP, porém, não pede apenas o afastamento de Derosso, mas também a indisponibilidade de seus bens visando a garantir os prejuízos causados pela aplicação supostamente irregular de R\$ 31 milhões em publicidade. Acatadas pela Justiça as conclusões do

inquérito realizado pelos promotores, e eventualmente condenado pela Justiça, as penas a que Derosso está teoricamente sujeito vão muito além do ressarcimento: podem alcançar o próprio mandato e a inelegibilidade futura. É nesse campo (e não mais no âmbito amigável da própria Câmara) que seus advogados terão de atuar a partir de agora.

Derosso teria decidido também licenciar-se do PSDB, partido pelo qual um dia sonhou disputar o cargo de vice-prefeito na coalizão com o prefeito Luciano Ducci. A licença teria sido aconselhada pelo andar de cima na tentativa de evitar mais estragos eleitorais. Mas é bom que se informe: não existe esta figura de licença partidária — ou se é filiado ou não se é filiado. Se a presença dele no PSDB incomoda, a única situação seria a desfiliação. Caso em que, porém, ele perderia condições legais de concorrer à reeleição no ano que vem.

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DOS LEITORES

"Vários problemas dos 113 mencionados pelo CNJ referem-se à falta de controle administrativo e financeiro do Tribunal de Justiça." **Candido A. Kaminski**

22 NOV 2011

### **Produtividade do TJ**

Vários problemas dos 113 mencionados pelo CNJ referem-se à falta de controle administrativo e financeiro do Tribunal de Justiça. Se há pessoas aprovadas em concurso, como o para contador do TJ, e esse profissional formou-se em Ciências Sociais Aplicadas e pode trabalhar com vários temas da área de administração, por que o TJ prefere abrir vagas para comissionados? Deveria chamar os aprovados em concurso para que os problemas constatados pelo CNJ não venham mais a aparecer.

**Candido A. Kaminski**

### **Conferência da OAB**

A atual forma de indicação de ministros para o STF beira o escárnio. Somente o ex-presidente Lula indicou sete ministros para essa corte. Conta com a total anuência de um Senado que possui uma eterna suspeição sobre corrupção. Estamos atrasados com relação a esse debate da forma de escolha. Precisamos encontrar uma nova fórmula ética e política para o preenchimento desses cargos.

**José Luciano Almeida**

### **Eleições biométricas 1**

Só espero que o Tribunal Regional Eleitoral não cancele a eleição por sistema biométrico em Curitiba por causa de alguns cidadãos desligados e irresponsáveis não compareceram. Que tal aplicar uma multa bem alta? Assim, Curitiba dá o exemplo e o resto do estado (ou do país) não deixará para depois aquilo que já deveria ter sido feito.

**Suell Silva**

### **Eleições biométricas 2**

Fiz cadastramento biométrico assim como meus familiares, mas sei que grande parte da população ainda não o fez. Acho interessante a iniciativa do TRE de ir até os bairros agendar o cadastramento.

**Merchades Pereira da Silva**

### **Conferência da OAB 1**

Dário Dallan, reserva indigente e muita terra para poluição, uma mansão com um casal não e muita casa para pouco dinheiro.

**Marcelo Ortiz** via Twitter comentando a Conferência Nacional da OAB e transmissão online feita pela Gazeta do Povo.

### **Conferência da OAB 2**

Sessão panel sobre Reforma Política e eleição de semirraia pública para ver o ministro João Eduardo Carneiro, Marco Aurélio Mello e Roberto Gurgel. **Marco Vinício** via Twitter comentando a Conferência Nacional da OAB através da cobertura feita pela Gazeta do Povo.

# 22 NOV 2011

## GAZETA DO POVO

### NOTA POLITICA

#### **Contra o tarifaço**

A bancada de oposição na Assembleia do Paraná vai assinar hoje duas ações judiciais para tentar derrubar o tarifaço do governador Beto Richa (PSDB) que aumentou em até 271% as taxas do Detran. Os oito deputados opositoristas — sete do PT e Anibelli Neto (PMDB) — vão fazer uma representação ao Ministério Público e entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Paraná. Com os novos valores das taxas, que passarão a valer no início de fevereiro, daqui a 90 dias, o Detran deve arrecadar R\$ 151,4 milhões além do previsto para 2012.

#### **ENTRELINHAS**

#### **Vitral da Justiça**

O leitor Jean Pyerre Pires de Camargo está mais tranquilo: a administração do Museu Paranaense garantiu que vai repor o "vitral da Justiça", que estava no prédio do museu (antigo TRE) e foi quebrado. Segundo a Secretaria de Cultura, "logo que aconteceu o acidente que quebrou uma das partes do vitral afixado no prédio, as devidas providências para salvaguardar a segurança do espaço foram tomadas, pois resultou numa abertura significativa para o exterior do prédio. Porém, a compra e colocação do vidro demorou mais do que era previsto. Resta recuperar no TRE, responsável pela colocação do vitral nos anos em que esteve abrigado no local, o projeto do jateamento para que o processo seja finalizado".

22 NOV 2011

GAZETA DO POVO

# Menino é 1.<sup>a</sup>

# vítima inocente

# de crimes na CIC



Mãe de Wellington  
Caires, morto a tiros  
no sábado, saiu do  
enterro do filho com a  
promessa de nunca  
mais voltar ao Sabará

Angélica Favretto, especial para a  
Gazeta do Povo e Felipe Anibal

■ A série de homicídios que atinge a Vila Sabará fez sua primeira vítima inocente no último sábado. Após a chegada da mãe em casa, no fim da tarde, Wellington Daniel Vujanski Caires, de 11 anos, saiu para comprar um lanche quando o tiroteio começou. Testemunhas contaram que os tiros foram disparados quando um outro jovem — que estava sendo perseguido por pessoas em um carro escuro — entrou na lanchonete para se proteger.

De acordo com familiares do garoto morto, assim como outros colegas e amigos, Welling-

ton evitava sair à noite por medo. Eles dizem que ele era um menino calmo e que acompanhava a mãe à igreja, em ensaios e cultos. O garoto era filho caçula e vivia sozinho com a mãe desde que o pai falecera, há pouco mais de um ano. "A mãe foi embora domingo, e nós (da família) só não fomos também porque moramos há bastante tempo no bairro", conta um dos parentes da vítima. Com a morte, a mãe de Wellington não voltou mais para a vila depois do enterro.

Apesar dos recentes fatos, a região onde houve o tiroteio segue sua rotina. O comércio funciona normalmente. Não há informações de que haja alguma manifestação programada para os próximos dias e as escolas funcionaram normalmente ontem sem redução no número de alunos, de acordo com a assessoria da Secretaria Municipal de Educação.

No início do mês a direção da Escola Municipal Cândido Portinari, o Núcleo Regional de Educação (NRE) da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e a Polícia Militar garantiram a segurança para os alunos voltarem às aulas após os primeiros homicídios.

## Mais efetivo

Alguns moradores contam que realmente o policiamento nos horários de saída das escolas aumentou. Há carros da Polícia Militar, e a cavalaria também

**"A mãe [de Wellington] foi embora domingo, e nós só não fomos também porque moramos há bastante tempo no bairro."**

Parente de Wellington Caires, morto pela guerra de gangues na Cidade Industrial de Curitiba no último sábado, que não quis ser identificado.

está presente desde a semana passada. Entretanto, para a comunidade, é preciso que esses policiais permaneçam nos fins de semana, preventivamente.

O jovem de 16 anos que foi baleado, juntamente com Wellington tem relação direta com as outras mortes de adolescentes ocorridas neste mês, na região. Segundo informações da Delegacia de Homicídios (DH), o rapaz seria integrante de uma das gangues que estão se enfrentando na localidade. "A polícia tem elementos suficientes para afirmar que existe relação entre esse ataque e as outras mortes que ocorreram no bairro", disse o delegado Rubens Recalcatti, chefe da DH.

O estado de saúde do rapaz, apesar de estável, ainda é grave, de acordo com informações obtidas no fim da tarde de ontem com a assessoria de imprensa da Secretaria de Saúde. Ele permanece internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), do Hospital do Trabalhador.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Magistratura 22 NOV 2011

Abertura de Congresso teve "recados" a juízes e membros do Ministério Público

# Duras críticas

Roger Pereira

**C**orrupção, reforma política, democracia e a relação com o Poder Judiciário foram os temas predominantes nos discursos de abertura oficial dos trabalhos do XXI Congresso Nacional dos Advogados, na manhã de ontem, em Curitiba, sede também do primeiro encontro, em 1978. Até quarta-feira, sete mil advogados estarão reunidos na capital paranaense, debatendo com presidentes de tribunais, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nos discursos de abertura, chamou atenção a postura firme do



Omar Coelho de Mello, da OAB.

coordenador do colégio de presidentes das seccionais da OAB, Omar Coelho de Mello, que deixou de lado a diplomacia do evento e criticou a postura de juízes e membros do Ministério Público.

"Uma parcela minoritária dessas classe que se julgam superiores", enfatizou, para depois citar abusos e irregularidades cometidas por juízes, além da tão reclamada morosidade. "Agora, a magistratura começa a acordar com a criação do CNJ. Sempre defendemos um controle externo do Judiciário, para dar transparência e responsabilização por morosidade ou irregularidades", disse, para depois criticar a tentativa das associações dos magistrados de limitar os poderes do CNJ, que chamou de uma "castração" do Conselho.

"Hoje a mais enérgica sanção a um membro do Judiciário é o prêmio de uma aposentadoria. Temos que acabar com a impunidade para a toga", concluiu.

## Nem política escapou

O presidente da OAB nacional, Ophir Cavalanti, foi mais diplomático, elogiou a presença dos representantes do Judiciário, como o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfourl Neto, e o ministro do STF Carlos Ayres Brito. Cavalanti defendeu, em seu discurso, a reforma política como a primeira de todas as reformas, "para acabar com essa vergonha que é o financiamento privado de campanhas, que cria políticos comprometidos apenas com seus financiadores, em um sistema caduco, que permite a prática atrasada de alijamento do voto e faz com que o dinheiro circule em bolsas suspeitas, meias e cuecas".

José Lúcio Glomb, presidente da OAB Paraná focou sua primeira participação no tema do

congresso: "liberdade, democracia e meio ambiente". Fez um panorama da situação da população prisional brasileira, "muitas vezes carente de direitos e, até, de assistência jurídica adequada", criticou o controle dos meios de comunicação como uma afronta à democracia e atacou o projeto do novo Código Florestal, em tramitação no Congresso Nacional, "que pode permitir uma devastação, correspondente à área do Estado do Paraná, num Brasil que já constata altos índices de desmatamento".

Glomb concluiu destacando o papel dos advogados e da ordem na democratização do País e disse que "não é ousadia afirmar que nenhuma instituição congênere fez tanto para um país quanto a Ordem dos Advogados fez pelo Brasil". (RP)

## Financiamento de campanha

Ana Carolina Bendlin

Dentro da discussão a respeito da reforma política no Brasil, um dos temas mais polêmicos é a proposta de que o financiamento das campanhas eleitorais seja exclusivamente público. Desta forma, nenhum candidato poderia contar sua ajuda financeira de pessoas físicas ou jurídicas. No entanto, apesar de parecer uma solução que poderia acabar com o favorecimento a candidatos com maior poder econômico, a proposta está longe de ser consenso entre os especialistas. Tanto o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, quanto o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Arnaldo Versiani, são contra o financiamento exclusivamente público.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Pressão 22 NOV 2011

Presidente da Câmara protocolou ontem requerimento pedindo 90 dias de afastamento da presidência

# Derosso renuncia

Karla Losse Mendes

**P**ressionadíssimo, o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, vereador João Cláudio Derosso (PSDB) pediu afastamento do cargo por 90 dias no final da tarde de ontem. A decisão de deixar a presidência da casa onde está há 14 anos ininterruptos foi tomada após o Ministério Público Estadual ter pedido sexta-feira que a Justiça decretasse o afastamento do vereador em uma ação por improbidade administrativa.

Derosso foi denunciado pelo MP-PR por irregularidades na contratação de serviços de publicidade, cujos contratos ultrapassam a casa dos R\$ 30 milhões. O presidente da Câmara há 14 anos teria favorecido a Oficina da Notícia, empresa da atual mulher dele, Cláudia Queiroz Guedes, que venceu a licitação. Além disso, a Oficina foi contratada quando Cláudia ainda era funcionária da Câmara.

De acordo com o líder do PSDB na Casa, Emerson Prado, no início da tarde de ontem Derosso discutiu o assunto em uma reunião informal com a bancada do partido, embora não tivesse ainda anunciado sua decisão. Prado chegou a convocar os vereadores durante a sessão para uma reunião no final da tarde para discutir o futuro do presidente. Derosso, no entanto, se antecipou à decisão da bancada e protocolou o requerimento pedindo o afastamento à Mesa Diretiva, que foi aprovado por unanimidade ao final da sessão.

O requerimento afasta Derosso apenas do cargo de presidente. Ele continuará normalmente com seu mandato como vereador. A presidência da Câmara será assumida neste período pelo vereador Sabino Picolo (DEM).

Mesmo dizendo que não "gostaria de assumir a presidência nesta situação", Picolo convocou os vereadores para que continuem o trabalho "sério e com responsabilidade". Ele afirmou que é preciso esforço para recuperar o conceito da Casa perante a sociedade.

### Investigações

O afastamento foi comemorado por vereadores da oposição que acreditam ganhar força para realizar as investigações que estão sendo conduzidas pela Comissão de Ética e pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), formada para apurar as denúncias.

Para a vereadora Josete (PT), o afastamento de Derosso irá possibilitar um maior acesso às informações. Ela afirma que aguarda, desde setembro, credenciais para analisar documentos financeiros, mas que esse acesso só seria permitido ao vereador ou a assessores na presença do vereador. "Isto impossibilita a análise uma vez que é um volume imenso de documentos. Eu espero que com a saída dele (Derosso), a gente possa ter acesso a toda a documentação e investigar a fundo a questão", explicou.

### Cronologia do Caso Derosso

**JUNHO**  
O Ministério Público pediu que MP-PR investigue contratos de publicidade (foto ao lado). Derosso tem 14 anos de presidência da Câmara.  
Condições do Conselho de Ética por irregularidades na contratação da Oficina da Notícia.  
Tudo ação das Associações de Moradores de Curitiba (Amorub) pede impeachment de Derosso.  
Prado revela que espore e sobre de Derosso foram penhoradas com grupo suspeito.

**AGOSTO**  
Sindicatas, empresários e oposição pressionam na Câmara. Derosso solicita grupos de partidos a serem CPI para investigar Derosso.  
Justiça de Curitiba pede divulgação de contratos de publicidade.  
Em sessão secreta, Derosso admite que sabia que Cláudia era funcionária contratada quando foi licitada.  
Derosso pede ao Ministério Público que seja protocolado pedido de afastamento de Derosso da presidência.



**SETEMBRO**  
Início das denúncias de Ética. Pedido de suspensão de João Cláudio Derosso.  
CPI para investigar denúncias contra Derosso é instalado.  
Derosso entrega documentos ao TCE sobre contratos sob suspeita.

**OUTUBRO**  
Início das sessões secretas do CPI do Derosso.  
Depoimento de Cláudia Queiroz e CP e Amorub.

**NOVEMBRO**  
Cláudio Derosso não se admitiu que tinha trabalhado na Casa quando foi contratado para publicidade da Câmara.  
Ação do MP pede afastamento de Derosso por contratos irregulares de publicidade.  
Ex-funcionária de Cláudia Queiroz diz que não viu Derosso no contrato assinado em 2004.  
Derosso deixa a presidência da Câmara.

### "Consciência tranquila"

De acordo com a assessoria de imprensa da Câmara, no requerimento enviado à Mesa Diretiva, Derosso afirma que não era seu desejo pedir afastamento no momento. No texto, ele diz que tem a "consciência tranquila" e "está certo de que todos seus atos na presidência da Câmara foram pautados pela legalidade". Ele alegou que tomou a decisão para preservar a Câmara e os outros vereadores, que também são vítimas de campanhas difamatórias. "Mesmo nesses últimos tempos

que tenho sido vítima de campanha difamatória por uma parte da imprensa, que originaram diversos processos tanto internos, quanto no Tribunal de Contas e no Ministério Público do Estado, jamais tomei qualquer atitude que pudesse ser considerada cerceamento às investigações, prestando todas as informações solicitadas e franqueando a todos quanto solicitaram vistas de documentos e informações relacionadas aos contratos de publicidade", afirma o texto do requerimento. (KLM)

# 22 NOV 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### **Recadastramento**

Um ônibus do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) visitará a partir de hoje, diversos bairros de Curitiba para prestar informações sobre o recadastramento biométrico e o agendamento do atendimento. A primeira parada será no terminal de ônibus do Sítio Cercado, na Rua Isaac Ferreira da Cruz, às 10h. Todo o eleitorado de Curitiba deverá ser recadastrado pelo sistema biométrico. É obrigatório.

22 NOV 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Computador denuncia sexo com criança

Janaina Monteiro

Um homem, de 59 anos, identificado apenas como "Brasil", foi preso, no início da tarde, suspeito de pedofilia. Na casa dele, no Xaxim, policiais militares da Companhia de Eventos encontraram um computador com imagens que mostram o homem fazendo sexo com uma criança, além de vários DVDs com conteúdo pornográfico.

"Brasil" foi encaminhado ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucría), onde seria ouvido pela delegada de plantão. O nome do preso e sua imagem não foram divulgados pela Polícia Civil, sob a justificativa de preservar a integridade das vítimas do suspeito.

De acordo com o sargento Cunha, da PM, uma mulher abordou a equipe e denunciou um homem que estaria escondido em casa após atropelar e matar um adolescente. Os policiais foram até a casa de "Brasil", na Rua 1.º de Maio. O homem con-

firmou ter se envolvido num acidente, mas disse que não havia atropelado ninguém. "Observamos que o veículo não tinha sinais de ter se envolvido num atropelamento, mas observamos que, no computador, estava rodando um vídeo em que ele aparecia em conjunção carnal com uma criança que aparentava ter 10 anos", disse o sargento.

#### Suborno

Ao perceber que seria preso por causa do material pornográfico, "Brasil" ofereceu R\$ 600 para que não fosse levado à delegacia. Na casa onde "Brasil" morava sozinho, os policiais encontraram bonecas e roupas de crianças e peças íntimas de mulher. A polícia acredita que ele agia há bastante tempo, pois tinha passagem pela polícia pelo antigo crime de sedução. O pedófilo, conforme apurado pela PM, atraía a garotada com a desculpa que não sabia mexer no computador e pedia ajuda às vítimas.

METRO 22 NOV 2011

# Derosso pede afastamento

◉ Depois de ser denunciado pelo MP, vereador resolveu se afastar por 90 dias da presidência da Câmara ◉ Em nota, ele negou as acusações e disse que ficará fora o tempo necessário para apuração dos fatos ◉ Amanhã, ele depõe na CPI

## Derosso cede e pede afastamento

◉ Depois de ação civil pública proposta pelo MP-PR, presidente da Câmara deixa a Casa por 90 dias

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) apertou e o presidente da Câmara de Vereadores, João Cláudio Derosso (PSDB), cedeu. Ele pediu ontem afastamento do cargo por 90 dias.

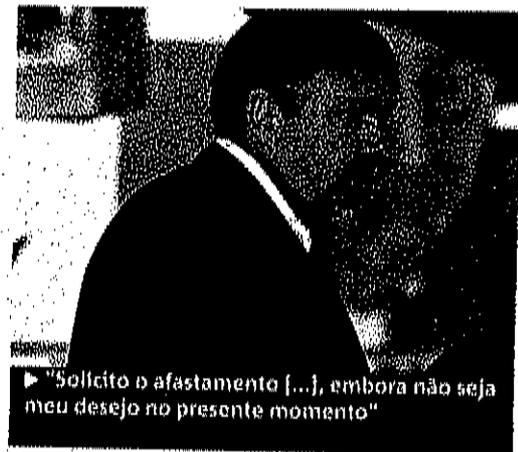
"Embora esteja com a consciência tranquila e certo de que todos os meus atos na administração da Câmara sempre foram pautados pela legalidade, solicito o afastamento do cargo de presidente pelo período que considero suficiente e necessário para que seja promovida a apuração dos fatos", afirmou em nota.

Na última quinta-feira, o MP-PR propôs ação civil pública por ato de impro-

**Derosso depõe amanhã na CPI da Câmara de Vereadores.**

bidade administrativa contra Derosso. No documento, cinco promotores de Justiça alegam que "o vereador foi responsável pela licitação e contratação irregulares de uma agência de publicidade (Oficina da Notícia Ltda.) que tinha como proprietária uma servidora da Casa Legislativa (Cláudia Queiroz Guedes, esposa de Derosso)".

Na nota, o vereador se defende: "sempre pautei minha gestão pela trans-



parência e probidade administrativa (...) e jamais tomei qualquer atitude que pudesse ser considerada como cerceamento das investigações, prestando todas as informações que foram solicitadas e franqueando a todos quando

solicitaram vistas de documentos e processos referentes aos contratos de publicidade mantidos por este legislativo".



**CAMILA CASTRO**  
METRO CURITIBA

**22 NOV 2011**  
**METRO**

## **TRE vai de ônibus atrás de eleitores**

Um ônibus do Tribunal Regional Eleitoral estará hoje, das 10h às 16h, no Terminal do Sítio Cercado, para fazer agendamento de horários para o recadastramento biométrico de eleitores. Nos próximos dias, este ônibus estará em diferentes locais da cidade para ampliar este agendamento.

Até o último domingo, o TRE recadastrou 733.535 eleitores da cidade, 55,95% do total. Ainda faltam 577.433 eleitores. O prazo vai até 20 de janeiro. Na eleição para a prefeitura, no ano que vem, os eleitores de Curitiba serão identificados a partir dos dados biométricos

22 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO  
OAB

# Conferência reune mais de 7 MIL PESSOAS NA CAPITAL

Durante a semana Curitiba ainda deve receber ministros da Justiça e do governo federal.

O governador Betó Richa participou, ontem, em Curitiba, da sessão solene de abertura da 21ª Conferência Nacional dos Advogados, que tem como tema "Defesa das Liberdades, da Democracia e do Meio Ambiente". Promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o evento reúne até quinta-feira, na Universidade Positivo, mais de 7 mil advogados de todo o País.

Entre os palestrantes em painéis e seminários, estão 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Superior Tribunal do Trabalho (STT), além de dois ministros de Estado do governo Dilma. A conferência em Curitiba foi aberta extra-oficialmente na noite de domingo.

A condição da Conferência Nacional dos Advogados como palco das mais importantes discussões sobre a sociedade brasileira foi destacada pelos ministros dos tribunais superiores que compareceram à abertura da 21ª Conferência Nacional dos Advogados.

Carlos Ayres Britto, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), representando o presi-

dente do STF, Cezar Peluso, afirmou que "o Conselho Federal da OAB sempre foi uma instituição representativa da sociedade brasileira, uma instituição de vanguarda comprometida com ideais elevados, a partir da democracia. A OAB se preocupa, sim, com a seleção e a defesa da classe, com a fiscalização de seus membros, porém, paralelamente, volta seu olhar para o funcionamento das instituições brasileiras."

Para o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante Júnior, a conferência é um marco histórico, pois coloca em debate temas importantes para o avanço da sociedade brasileira e a mudança da cultura jurídica e política. "Estamos tratando de uma agenda importante para a manutenção do estado democrático de direito", disse.

**Defensoria** — No seu discurso, Richa lembrou a criação da Defensoria Pública do Estado. O governador ainda destacou que o sistema estadual de segurança passa por reformulação, com a contratação gradual de oito mil soldados para a Polícia Militar e dois mil policiais civis, além da construção de 95 novas delegacias.

# 22 NOV 2011

## JORNAL DO ESTADO

### Detran

Deputados de bancada da oposição da Assembleia Legislativa se reúnem hoje para assinar duas representações à Justiça contra o aumento das taxas do Detran proposto pelo governo do Estado e aprovado pela Casa. A bancada irá assinar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) à Lei Estadual nº 16.943/2011, que será protocolada no Tribunal de Justiça do Paraná, além de uma representação ao Ministério Público Estadual.

### Telinha

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) liberou a veiculação de três das cinco inserções do PDT paranaense com a participação do ex-deputado federal Gustavo Fruet em rádio e televisão. Na semana passada, o TRE havia determinado a retirada do ar das propagandas a pedido do PSB, do prefeito Luciano Ducci, sob a alegação de campanha antecipada. O PDT recorreu e conseguiu reaver parte das inserções, que volta ao ar nesta semana.

### Carnaval

O Ministério Público, através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Foz do Iguaçu, apresentou ontem ação contra o prefeito da cidade, Paulo Mac Donald Ghisi (PDT), pela dispensa irregular de licitação para a contratação de uma empresa para locação de stands, que foram usados em um desfile de carnaval em Porto Alegre (RS) e que custaram R\$ 150 mil para os cofres municipais. Outras empresas poderiam prestar o serviço.

22 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

# Derosso pede afastamento DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Acusado pelo MP de improbidade em contratos de publicidade,  
Ivan Santos tucano se licencia do cargo por 90 dias

O vereador João Cláudio Derosso (PSDB), pediu ontem afastamento do cargo de presidente da Câmara Municipal de Curitiba por 90 dias. O pedido foi apresentado – e aprovado em plenário ontem mesmo – três dias depois do Ministério Público Estadual entrar com ação civil pública na Justiça em que requer a condenação de Derosso por improbidade administrativa, sob a acusação de irregularidades em contratos de publicidade da Casa. Na ação, o MPE pedia ainda o afastamento do tucano do comando do Legislativo municipal em caráter liminar, para evitar que ele pudesse constranger testemunhas e prejudicar as investigações.

Com a saída de Derosso de cena, assume a presidência da Câmara o vereador Sabino Picolo (DEM). Desde a iniciativa do MPE, o tucano vinha sendo pressionado por seus próprios aliados a se afastar do cargo. A avaliação era de que com a acusação formal do Ministério Público, a permanência de Derosso no comando do Legislativo era insustentável. Além disso, ela também poderia causar desgaste ao prefeito Luciano Ducci (PSB), de quem

Derosso é aliado. Ducci é pré-candidato a reeleição no ano que vem, e o vereador chegou a ser cotado como potencial vice do prefeito, hipótese descartada após o surgimento das denúncias.

Em entrevista à RPC TV, Derosso admitiu que decidiu se afastar do cargo por conta da ação do MP. “Eu sempre acatei as decisões da Justiça. Uma vez que fui denunciado pelo MP e encaminhado a denúncia à Justiça, achei por bem – depois de conversar com os vereadores – fazer essa licença temporária, para que a Justiça possa ter toda a tranquilidade e ver que tudo o que foi feito era correto”, alegou. Derosso afirmou ainda que não sabia de Cláudia Queiroz era servidora comissionada da Câmara quando a licitação foi realizada. “Assinamos em torno de 100 atos de nomeação e passou Cláudia. Deve ter umas 30 cláudias aqui”, disse. Ele disse ainda que não via impedimento na contratação a agência de propriedade da jornalista por conta do relacionamento entre os dois. “Não sou casado com a Cláudia, não tem certidão de casamento, então para mim não é parente”, afirmou.

**Contratos** — O caso envolvendo Derosso veio à tona a partir de investigação do Tribunal de Contas que apurava a contratação pela Câmara de duas agências de publicidade, a Oficina da Notícia e a Visão Publicidade, por mais de R\$ 30 milhões, em 2006. Entre as irregularidades apontadas estão o fato de que a Oficina da Notícia tem como proprietária a jornalista Cláudia Queiroz, atual esposa de Derosso, e que na época da licitação, em fevereiro de 2006, ocupava cargo comissionado na Câmara. Ela só deixou o cargo em abril de 2006, quando a agência venceu a concorrência. Por lei, servidores públicos não podem participar de licitações para contratação em órgãos onde trabalham.

**CONTINUA**

22 NOV 2011

# JORNAL DO ESTADO

## CONTINUAÇÃO

O contrato entre a Câmara e a Oficina da Notícia totalizou R\$ 5,1 milhões, incluindo os aditivos que o prorrogaram em 2008 e 2009. Na ação, o MP questionou também o fato do edital de licitação ter sido publicado apenas no Diário Oficial do município e no jornal Diário Popular, e não no Diário Oficial do Estado, como mandaria a lei. O fato de outras empresas não terem participado da concorrência, na avaliação dos promotores, indicaria que teria havido, segundo os promotores, "ausência de vontade da administração da Câmara em trazer a público o edital, ao que parece objetivando satisfazer interesses particulares".

**Defesa** — Em sua defesa no Conselho de Ética da Câmara, Derosso alegou que a lei orgânica do município não impedia a participação de empresa de propriedade de servidor em licitação da Câmara, e que na época ele e a jornalista não mantinham relacionamento. O vereador justificou ainda que a prorrogação dos contratos, quando os dois tinham esse relacionamento, em 2008 e 2009, atendia o interesse da Casa ao garantir a não interrupção do serviço.

Em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o caso, Cláudia Queiroz alegou que a prorrogação dos contratos foi autorizada por parecer da procuradoria jurídica do Legislativo. Além da CPI, um processo no Conselho de Ética da Câmara foi aberto para investigar o caso. Um parecer do conselho chegou a ser aprovado recomendando a suspensão temporária por 90 dias do mandato de Derosso, mas manobras dos vereadores Valdemir Soares (PRB) e Zezinho do Sabará (PSB) — aliados do tucano — impediram que o parecer fosse encaminhado ao plenário.

### NO PAPEL



**Não sou casado com a Cláudia, não tem certidão de casamento, então para mim não é parente.**



*do presidente licenciado da Câmara, João Cláudio Derosso (PSDB)*

22 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# Sem julgamento, ações contra juízes prescrevem

Segundo a Corregedoria Nacional de Justiça, há casos abertos desde 2009; prazo de extinção dos processos varia de seis meses a cinco anos

Felipe Recondo / BRASÍLIA

O processo administrativo aberto contra um magistrado do Maranhão por trabalho escravo está parado desde 2007. Em Minas, uma representação contra um juiz, suspeito de morosidade, arrasta-se desde 2005. No Tribunal de Justiça do Amazonas, 10% dos processos foram abertos há pelo menos quatro anos. Esses casos podem estar prescritos e mostram como funcionam as corregedorias de alguns tribunais. Órgãos que deveriam processar e punir juízes acusados de irregularidades retardam as investigações e contribuem para a impunidade.

Quando decidiu divulgar que as corregedorias locais têm 1.085 investigações contra magistrados em andamento, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Cezar Peluso, queria mostrar que os Tribunais de Justiça fazem seu papel e punem juízes acusados de irregularidades. A Corregedoria Nacional de Justiça, comandada pela ministra Eliana Calmon, não precisaria intervir com frequência para coibir irregularidades.

Mas uma radiografia nos números mostrou que a intervenção da corregedoria nos tribunais, em muitos casos, tem razão de ser. Como são leves as punições administrativas para magistrados, o prazo de prescrição é curto — de seis meses a cinco anos.

A demora no julgamento desses processos, portanto, beneficia juízes responsáveis por diversas irregularidades, como morosidade e parcialidade no julgamento dos processos, passando por emissão seguida de cheques sem fundo, denúncias de trabalho escravo, acumulação de outro cargo e atropelamento.

Por isso, Eliana Calmon pediu a todas as corregedorias que expliquem por que há casos abertos antes de 2009 e que até o momento não foram julgados. E, a depender do andamento desses casos, a corregedora pode avocar esses processos e julgá-los diretamente no CNJ.

**Conflito.** A divulgação dos números pelo CNJ serviria para mostrar que as corregedorias dos Tribunais de Justiça são diligentes e punem magistrados que cometem irregularidades. Entretanto, os dados acabaram por dar subsídios à intervenção da corregedoria nos TJs.

“Os números confirmam a veracidade das críticas que fiz, pois, além de revelar a existência de grande número de investigações e processos, mostram que em muitos casos a inoperância da corregedoria local ou do desembargador responsável pelo processo acarreta grande número de prescrições e consequente impunidade”, afirma a ministra.

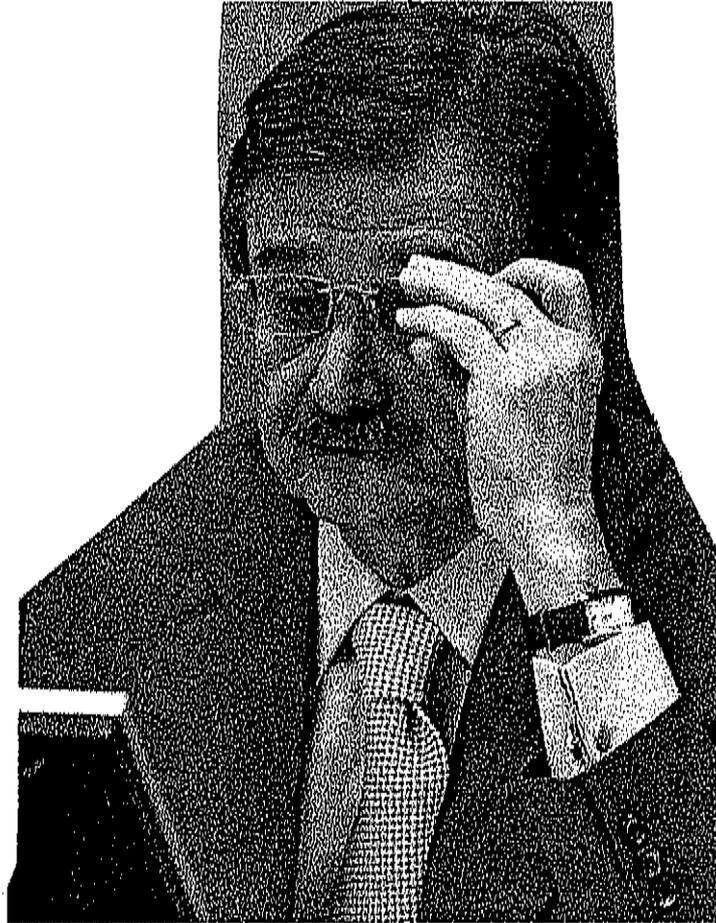
A decisão de Peluso de pedir esses dados e publicá-los foi mais um episódio no conflito aberto com Eliana Calmon. Os dois têm posições antagônicas sobre o funcionamento do CNJ. Peluso defende que a corregedoria só processa magistrados em casos excepcionais e se as corregedorias não processarem esses juízes, Eliana quer manter a autonomia da corregedoria para, quando necessário, abrir investigações diretamente no CNJ, sem ficar a reboque dos tribunais de Justiça.

O ápice dessas divergências foi a publicação de uma nota oficial do CNJ em que conselheiros condenaram a entrevista concedida pela ministra em que disse existirem entre os magistrados do País “bandidos de toga”.

Em razão dessa crise, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em que ficaria definida a exata dimensão das competências do CNJ e, por consequência, da Corregedoria Nacional de Justiça, foi adiado.

**CONTINUA**

22 NOV 2011  
O ESTADO DE S. PAULO  
CONTINUAÇÃO



**Polêmica.** Peluso defende investigações pelos próprios TJs

● **Morosidade**

**1**

caso foi aberto em 2005 no Tribunal de Justiça de Minas é o processo mais longo no País

**3**

são de 2008 e estão no TJ do Amazonas, Pernambuco e Piauí

**18**

são de 2007, divididos nos TJs de Acre, Alagoas, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco e Piauí

# O ESTADO DE S. PAULO

## Inocente, motorista passa 4 22 NOV 2011 anos preso

Fabiano Russi foi reconhecido por engano em álbum de delegacia por vítima de roubo

**Paulo Sampalo**

De repente, a enfermeira M. R. A., vítima de um assalto em 2001 em Taboão da Serra, na Grande São Paulo, parou de folhear o álbum que lhe entregaram na delegacia, apontou uma das fotos e disse: "Foi este aqui!".

O motorista Fabiano Ferreira Russi, então com 25 anos, não tinha ideia do que estava acontecendo quando, dias depois, recebeu a visita de um oficial de Justiça que o intimou a comparecer ao fórum. Sem experiência em abordagens oficiais nem dinheiro para contratar advogado, ele recebeu voz de prisão, foi indiciado, processado e passou quatro anos "por engano" na cadeia.

Tudo começou em um domingo de junho de 1998, quando o ônibus que levava Fabiano e um grupo de ruidosos torcedores do Santos ao Estádio do Morumbi foi parado pela polícia. "No meio da revista, soltaram um rojão e policiais quiseram saber quem foi. Como ninguém respondeu, foram todos levados para o distrito. Eram mais ou menos uns 30."

Na delegacia, antes de liberar o grupo, o delegado anotou os números de RG dos detidos e mandou bater suas fotografias. Fabiano, que nunca tinha tido passagem pela polícia ou se metido em confusão, virou bandido

três anos depois. A acusação: ter abordado a enfermeira com um comparsa em Taboão por volta das 21h30 de 17 de outubro e a baleado no joelho. Além dela, uma amiga estava no local no momento do crime.

Na hora aproximada do assalto, Fabiano trabalhava como manobrista e mensageiro em um hotel quatro estrelas na Vila Madalena, zona oeste da capital. Pelo menos duas testemunhas e um registro na folha de ponto atestaram. "Nem que quisesse, ele conseguiria ir de Vila Madalena a Taboão da Serra a tempo de cometer o crime", argumenta a defensora pública Maíra Coraci Diniz.

**Pesadelo.** No fórum, o pesadelo apenas começava. "Sem eu saber o motivo, eles me deram voz de prisão. Falaram do assalto, eu disse que estava trabalhando. O juiz pediu que eu solicitasse, por telefone, comprovação do RH. O funcionário disse que precisava da autorização do gerente. E o gerente, a do dono. O dono ficou com medo de ver o hotel associado a escândalo e não mandou."

O juiz então avisou que, enquanto o hotel não se pronunciava, Fabiano "ficaria recluso". Após ser intimado, o hotel enfim enviou a comprovação. Fabiano, então, assinou um documento se comprometendo a compare-

cer no fórum para as audiências. No dia seguinte, foi demitido.

Na audiência de acusação, foi reconhecido de novo pela enfermeira - desta vez por trás de um vidro espelhado. Segundo a defensora, embora esse tipo de reconhecimento determine a presença de mais de dois suspeitos, no caso de Fabiano, "era ele e ele". "O pior é que, da primeira vez, pela foto, ela disse que o assaltante tinha estatura mediana. Medo 1,90 m", diz o motorista.

Casado com uma cabeleireira, quatro enteados, Fabiano é filho de um metalúrgico e uma dona de casa e diz que os pais ficaram em estado "deplorável".

Na audiência de defesa, uma das testemunhas "mudou de ideia" e disse que "não tinha certeza" de que Fabiano estava mesmo trabalhando em 17 de outubro. "Contratei um advogado que era cliente da minha mulher. Mas ele era tributarista e disse que não poderia fazer muito. Criminalista custava R\$ 20 mil, R\$ 30 mil, não tinha esse dinheiro."

Para completar, a enfermeira passou a dizer que ele a estava ameaçando. Fabiano diz que jamais viu o rosto dela. "Ela mora na mesma cidade, mas não tenho vontade de procurá-la. Melhor deixá-la viver a vida dela."

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Condenado em 2005, ele entrou com recurso e ficou em liberdade. Em 2007, perdeu a apelação: o primeiro desembargador votou favoravelmente a ele, o revisor foi contra e o terceiro o condenou.

**Cadeia.** Fabiano passou 11 dias no DP de Taboão da Serra, três meses no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Itapeverica da Serra, onde 37 pessoas ocupavam cela para 12, e três meses no CDP de Parelheiros. Em seguida, ficou 2,5 anos em penitenciária na divisa com Mato Grosso. Nesse tempo, leu sobre processos, estudou Código Penal e escreveu carta ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) — que foi parar na mesa de Maíra. “Em Taboão não há Defensoria Pública. Senão, ele teria sido assistido na primeira vez em que esteve no fórum por um advogado.” Maíra diz que recebe muitas cartas como a de Fabiano. “No desespero, injustiçados escrevem a ministros do STF, ao presidente da República, ao papa.”

Em 2009, após fazer prova do Enem e lecionar em fundação de amparo ao preso, ele ganhou direito de cumprir pena no semilivreto. Está livre desde 13 de outubro. Pelos anos perdidos na cadeia, os salários que deixou de ganhar, as sequelas em sua história, Fabiano quer ser ressarcido. “Aprendi que existe classe rica, média, pobre e a dos presidiários. Esses não têm suporte nenhum para reintegração, ressocialização, nada.”

# 22 NOV 2011

## Vítima da Justiça, Fabiano agora quer estudar Direito

● O trauma de Fabiano Russi foi tão grande que ele pensa em cursar Direito para entender como virou vítima da própria Justiça. E aprendeu para sempre uma lição: reconhecimento por fotografia não é considerado prova irrefutável pelo Código Penal. Mas sua advogada, a defensora pública Maíra Coraci Diniz, afirma que o caso é mais comum do que se imagina.

“Acontece demais. O Judiciário não poderia dar valor absoluto à palavra da vítima, é preciso ouvir com atenção o relato do acusado. Ainda mais quando o reconhecimento é feito por uma foto tirada quase três anos antes”, afirma Maíra. / P.5.

## SÔNIA RACY

### Quanto vale?

Carrapetas em brasa. Tudo porque a juíza Cláudia Longobardi Campana, da 16ª Vara Cível de SP, decidiu (em primeira instância) que uma casa noturna paulistana, onde só se apresentam DJs, não precisa pagar direitos autorais ao ECAD.

O sindicato dos DJs profissionais não gostou nem um pouco. Defende repasse a compositores, cantores e produtores. E cobra mais transparência na gestão dos recursos.

# O ESTADO DE S. PAULO

JORGE BARBOSA PONTES

## Bandidos travestidos de autoridade 22 NOV 2011

**Q**uando, na segunda-feira 14 de novembro, o secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o delegado federal José Mariano Beltrame, declarou em entrevista à TV Globo que o depoimento do traficante Antônio Bonfim Lopes, o *Nem*, preso na quinta-feira anterior, poderia ajudar a elucidar casos de corrupção envolvendo policiais civis e militares, ele sabia muito bem o que estava dizendo. Foi tocada efetivamente a questão nodal do problema. O secretário Beltrame classificou o momento como uma "oportunidade importantíssima" para a elucidação de casos de propina envolvendo a polícia carioca.

Nas últimas décadas a sociedade brasileira assistiu a *Escadinhas*, *Fernandinhos* e *Nems* desfilando, fortalecendo-se e se consolidando nos morros e na criminalidade. Ninguém em sã consciência tem dúvida de que *Nem* será substituído, assim como todos os outros o foram, no cenário do crime. E isso independe do sucesso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e não põe em questão a determinação das autoridades fluminenses.

Com base na experiência acumulada e na inteligência policial desenvolvida nos últimos anos, é possível afirmar com alto grau de certeza que tais criminosos só chegaram aonde chegaram por contarem com uma malha, um verdadeiro colchão de conforto, que diversos agentes públicos corruptos, das três esferas e nos três Poderes, vêm fornecendo a peso de ouro.

Neste momento é importante para o contribuinte entender que o policial corrupto é tão ou mais vil e deletério que o traficante de drogas ou de armas. Se retirarmos das ruas os traficantes sem alvejarmos os agentes

públicos comprometidos que os mantêm e os protegem, o trabalho estará longe de se completar. É como querer reformar os móveis de uma sala e tirar apenas a poeira do mobiliário.

Um policial, um desembargador ou um deputado que se vende ao crime é, sobretudo, um traidor. Na contabilidade, no balanço final da persecução penal, seria um lucro sem precedentes a expulsão e o encarceramento de uma legião de bandidos travestidos de autoridades, em detrimento da punição de um único barão da droga.

Vale a pena, nesse caso, olhar para o sistema processual penal dos EUA, que, na esfera federal, permite a concessão do que se convencionou chamar *full immunity*, imunidade total, que é recebida pelo criminoso em troca de testemunho e cooperação. Por exemplo, o notório *mobster* Sammy "The Bull" Gravano, autor de múltiplos homicídios de motivação mafiosa, ganhou proteção e foi livrado de encarceramento em troca de seu testemunho capital contra John Gotti, peixe muito maior. Nessa troca quem ganhou foi a sociedade.

Cabe ao Ministério Público lá, nos EUA, ao *federal prosecutor*, em nome dos interesses coletivos, sopesar os prós e contras e, efetivamente, mercadejar com o "criminoso-testemunha". O instante crucial dessa verdadeira negociação se consubstancia no denominado *proffer*, ou proferição, momento em que o criminoso-testemunha tem, de cara, de contar tudo o que sabe, deixan-

Para tanto as autoridades se comprometem formalmente e de antemão a não utilizar os fatos "proferidos" contra o criminoso-testemunha, isso no caso de não haver acordo fechado entre as partes. Contudo, se a informação for valiosa, um pacto é selado com o *prosecutor*, com a intenção de atingir peixes maiores e solucionar crimes mais graves, sempre alvejando a estrutura do crime organizado. Há de existir, a um só tempo, pragmatismo e visão holística da segurança pública na condução de tal processo, da parte do Ministério Público.

Para valer a pena, para o criminoso, enfrentar o ônus da delação é imperioso que o titular da ação penal possa oferecer, com a indispensável chancela do juiz do feito, a imunidade total, que certamente vem acompanhada de uma vida nova e de proteção para a testemunha e seus familiares. É óbvio que o criminoso-testemunha só é atraído para a delação premiada em razão de uma espada pesada brandir sobre sua cabeça. Essa espada se chama cadeia.

O jogo jogado no Rio é pesado e autoriza a construção de instrumentos como a imunidade total, indo um pouco mais além dos limites da delação premiada ora prevista no nosso ordenamento. A tragédia do homicídio da juíza Patrícia Acioli, tramada e executada por profissionais que recebem salário dos cofres públicos para proteger a sociedade, já seria razão suficiente para a consideração de medidas mais eficazes no trato da questão.

**A corrupção de agentes públicos é um flagelo muito mais destrutivo que o tráfico de drogas**

do o Ministério Público conhecer os fatos e avaliar se valerá a pena ou não negociar.

**CONTINUA**

22 NOV 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

A lógica é de uma simplicidade cruel: o crime só chegou ao ponto a que chegou no Rio de Janeiro - e em outras capitais do País - por causa da corrupção.

A corrupção de agentes públicos é um flagelo muito mais destrutivo do que o tráfico de drogas nos morros, até porque um levou ao outro e um alimenta o outro, numa espiral simbiótica. A corrupção, uma espécie de vírus HIV da sociedade, é, sobretudo, um delito de suporte, de natureza generalista, que a deixa vulnerável, adaptando-se e garantindo a perpetração de delitos de toda sorte.

Na verdade, o esforço passa necessariamente por um pacote de providências concomitantes, como o fortalecimento das Corregedorias e dos Assuntos Internos, entre muitas outras medidas.

O momento é agora. Como bem disse o secretário Beltrame, trata-se de uma "oportunidade importantíssima". Utilizemos as legiões de criminosos arrependidos sinceros - e também os arrependidos de última hora, pouco importa - e busquemos os verdadeiros traidores da sociedade, aqueles vendilhões que recebem salários pagos pelo contribuinte e vendem proteção aos criminosos.

Com a bola, o Congresso Nacional.

●  
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL,  
MEMBRO DO COMITÊ EXECUTIVO  
DA INTERPOL PARA AS AMÉRICAS,  
É ADIDO POLICIAL EM PARIS

22 NOV 2011

## JUDICIÁRIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STJ anuncia projeto para dar mais efetividade ao julgamento de recursos repetitivos

Ampliar a divulgação das teses decididas no julgamento dos recursos repetitivos. Esse é um dos temas prioritários para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que anunciou projeto com esse objetivo nesta sexta-feira (18), no V Encontro Nacional do Judiciário (ENJ), em Porto Alegre (RS). O evento reúne os dirigentes da Justiça de todo o país, analisa os resultados dos órgãos e estabelece metas de desempenho para o futuro.

Segundo o presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, o projeto vai acelerar a prestação jurisdicional. Para isso, será facilitada a identificação dos temas já definidos como repetitivos – para que os demais tribunais suspendam os processos relacionados com maior rapidez – e intensificada a divulgação dos resultados dos julgamentos e das teses estabelecidas – evitando a interposição de recursos contra tais entendimentos e auxiliando os magistrados e tribunais a resolver as questões pendentes.

“A implementação dessas me-

das propostas para o tratamento e divulgação da matéria repetitiva somente será possível com o apoio e participação dos demais órgãos do Poder Judiciário”, afirmou. Pargendler destacou o papel fundamental do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a melhoria da gestão do Poder Judiciário e apontou a importância da colaboração dos órgãos para o sucesso do projeto.

### Metas nacionais

O ministro também apresentou os resultados do STJ desde o IV ENJ. Ele destacou o cumprimento das metas relativas à gestão de projetos e programa de esclarecimento público sobre as funções e atividades do Judiciário. Quanto ao desempenho em julgamento de processos em 2011, o presidente apontou que o STJ julgou até setembro 86% dos processos que recebeu no período.

Segundo o Relatório de Metas 2011 do CNJ, o STJ é o único tribunal superior a contar com unidade de gerenciamento de projetos a atender plenamente os requisitos

de gestão estratégica.

### Matéria repetitiva

A Lei 11.672/08 criou a possibilidade de que, pelo julgamento de um único recurso de referência, o STJ defina uma tese jurídica para questões repetidamente submetidas em processos singulares.

Identificada a questão repetitiva, os recursos sobre o mesmo assunto têm o andamento suspenso até o julgamento do tema pelo STJ. Se, ao final, o recurso for contra o entendimento fixado pelo STJ, ele deve ser negado. Se o recurso for no mesmo sentido da decisão do STJ, o tribunal local pode se retratar ou reafirmar a divergência, abrindo a possibilidade de o recurso especial ser enviado ao próprio STJ.

A lei tenta acelerar a entrega do direito às partes, evitando o trâmite de recursos desnecessários sobre questões de direito já pacificadas pelo STJ. Mas, para o ministro Pargendler, o alcance da efetividade da lei depende, necessariamente, da ampla divulgação da informação.

## EXECUÇÃO

# Sem penhora prévia, prova de má-fé é essencial para reconhecimento de fraude

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou o entendimento, já sumulado, de que o reconhecimento de fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente. A decisão baseou-se em voto do relator do recurso, ministro Villas Bôas Cueva, rejeitando o pedido apresentado em embargos à execução na primeira instância da Justiça de São Paulo.

No caso, os pais da embargante adquiriram o imóvel – objeto da penhora nos autos de uma execução. Posteriormente, o imóvel foi

novamente vendido para uma terceira pessoa e esta o alienou à filha dos proprietários anteriores.

Ocorre que o exequente, por sua vez, requereu a penhora do imóvel e, também, pediu que fosse declarada fraude de execução, assim como a ineficácia das alienações feitas, respectivamente, pelo executado, pelos pais da embargante e pela terceira pessoa.

Os julgamentos de primeira e segunda instância consideraram que a fraude executória realmente aconteceu, rejeitando os embargos. Inconformada, a embargante recorreu ao STJ, alegando que os requisitos caracterizadores da

fraude à execução não existiriam no caso, principalmente porque a venda do imóvel teria se dado antes da propositura da ação de execução.

De acordo com a jurisprudência do STJ, “o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do adquirente” (Súmula 375). Para o ministro Villas Bôas Cueva, a questão pode ser analisada sob um dos dois enfoques, e, nesse caso, como a primeira venda do bem foi antes da penhora, apenas a comprovação de má-fé basta para caracterizar a fraude.

# 22 NOV 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Novo CPC poderá regulamentar julgamentos virtuais

A comissão de juristas que analisa o novo Código de Processo Civil sugeriu ao relator do projeto, deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), que inclua no texto a permissão para que os tribunais realizem julgamentos virtuais das ações que não permitam sustentação oral, como é o caso de alguns recursos e de questionamentos de conflito de competência. Alguns tribunais estaduais, através de resoluções, têm previsto a possibilidade de julgar virtualmente agravos de instrumentos e embargos de declaração.

Durante o XI Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, promovido pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Simprofaz), o deputado afirmou que o relatório da comissão especial deverá incorporar ao projeto de CPC mudanças que induzam ao uso das tecnologias, resguardando as peculiaridades de algumas regiões mais atrasadas do país. Para ele, a influência da tecnologia na rotina do Judiciário é um processo sem volta e caberá ao novo CPC realizar a "travessia"

para o processo eletrônico.

"Hoje, ministros do Superior Tribunal de Justiça concedem Habeas Corpus de qualquer lugar do país por telefone. Não adianta as pessoas ficarem debatendo o processo eletrônico, é preciso que elas se preparem para essa realidade", ressalta. A proposta, no entanto, não tem apoio da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo a Agência Câmara, o conselheiro da OAB, Luiz Carlos Levenzon, avalia que os julgamentos virtuais violam o princípio constitucional da publicidade, já que os cidadãos não podem presenciar as decisões.

"O julgamento público interessa não somente aos operadores do Direito, mas ao cidadão. Se o cidadão não pode assistir ao julgamento, não se consuma o princípio da publicidade", defende Levenzon.

Para minimizar a polêmica, a comissão de juristas vai propor que o julgamento tenha de ser presencial se uma das partes se manifestar contra o julgamento virtual.

**22 NOV 2011**

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **MP quer afastar ordem cronológica para dativo**

O Ministério Público de Minas Gerais entrou com uma Ação Civil Pública, na Comarca de Araguari (MG), para tentar garantir que o advogado dativo seja escolhido pela parte interessada, afastando a exigência da escolha por ordem cronológica. O MP destaca, na ação proposta contra o estado, que essa restrição afeta a ampla defesa, princípio garantido pela Constituição e sob proteção da Convenção Americana de Direitos Humanos, o Pacto São José da Costa Rica.

Autor da ação, o promotor André Luís Alves de Melo destaca que, como norma supralegal — acima da Constituição —, a Convenção garante ao acusado o direito de ser assistido por um defensor de sua escolha ou por

um defensor proporcionado pelo Estado no prazo estabelecido pela lei. E a Constituição assegura o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. “Entende-se que o direito subjetivo de escolha do cidadão quanto à nomeação do advogado dativo tem sido limitado pela vigência da Lei Estadual 13.166/99 e o Decreto 42.718/02, os quais dispõem sobre a forma da escolha do advogado dativo.”

A legislação estadual estabelece que a nomeação do advogado pelo juiz obedeça à ordem de inscrição. E mais: nas comarcas com Defensoria Pública, a nomeação do defensor dativo só poderá ocorrer após prévia manifestação do órgão.

22 NOV 2011

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEDRO WASHINGTON

## **Capital jurídica**

Curitiba é desde ontem, a "Capital Jurídica do País", com a realização da prestigiadíssima 21a. Conferência Nacional dos Advogados que traz a capital paranaense as mais expressivas figuras do mundo jurídico, incluindo-se ministros e os maiores nomes do direito brasileiro. Nada menos que 7 mil inscrições, 120 palestrantes e 20 painéis. Liberdade, Democracia e Meio Ambiente são temas a serem aprofundados nos debates.

## **FÁBIO CAMPANA**

### **Vazou**

*O presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso decidiu pedir o seu afastamento do cargo e também do partido, o PSDB. Termina assim mais um capítulo desse enredo que dura mais de três meses. Derosso é acusado de irregularidades na administração das verbas de propaganda da Câmara. Sua mulher, Cláudia Queiroz, ganhou a concorrência para cuidar da propaganda e teria gasto cerca de R\$ 6 milhões do orçamento.*

*Claudia e Derosso se defendem ao dizer que a agência de propaganda de Claudia ganhou a concorrência antes do casamento dela com Derosso. Também rebate a acusação de que era funcionária da Casa à época em que ganhou a licitação.*

*Com a decisão pelo afastamento, Derosso evita a decisão judicial. O Ministério Público pediu exatamente isso e dentro dos próximos dias a Justiça decidiria o seu destino. Agora a ação do Ministério Público perde objeto.*

*A oposição não está satisfeita. Quer a continuidade da investigação sobre as contas e, caso comprovada a irregularidade, que Derosso perca o mandato, os direitos políticos e devolva o que gastou indevidamente.*

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

CNJ na praça

22 NOV 2011

Simultaneamente com a Conferência Nacional dos Advogados haverá a missão do CNJ para ver se o Tribunal de Justiça corrigiu as mais de 100 deficiências apontadas em relatório anterior.

## INFORME

### Contra aumento no Detran

A bancada de oposição da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná marcou para o início da tarde de hoje a assinatura de representações contra a lei que institui o aumento nas taxas do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR) e que deve vigorar a partir de fevereiro. Os deputados oposicionistas querem uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e também vão protocolar uma representação ao Ministério Público (MP) do Estado. Devem assinar os documentos os petistas Énio Verri, Luciana Rafagnin, Toninho Wandscheer, Elton Welter, Péricles de Mello, Tadeu Veneri e Professor Lemos, além do peemedebista Antonio Aníbel Neto.

### Caso Belinati

O advogado Eduardo Franco vai pedir no Supremo Tribunal Federal (STF) a nomeação de um novo relator para o processo que analisa a legalidade da candidatura do ex-prefeito de Londrina e ex-deputado estadual Antonio Belinati (PP) nas eleições municipais de 2008. Segundo Franco, com a saída da ministra Ellen Gracie, que se aposentou e deixou o STF, "o processo não anda, porque o julgamento depende da apreciação e da apresentação que são feitas pelo relator".

### Demora no STF

Em 2008, Antonio Belinati foi vitorioso nas urnas, mas dois dias depois das eleições para o Executivo londrinense, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou a candidatura dele, com base na rejeição das contas pelo Tribunal de Contas (TC) do Estado referente ao convênio firmado entre a prefeitura e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em 1999, último ano da terceira gestão do então prefeito Belinati. Eduardo Franco disse que está otimista quanto ao julgamento no STF, já que o próprio TC voltou atrás na reprovação do convênio.

### Perguntinha

Será que o STF vai decidir sobre o caso Belinati antes do pleito de 2012?

## Prefeito de Foz denunciado por improbidade

Lorlane Comelli  
Reportagem Local

A contratação sem licitação de uma empresa pelo valor de R\$ 150 mil levou o prefeito de Foz do Iguaçu (Oeste), Paulo Mac Donald Ghisi, a ser acusado por improbidade administrativa pelo Ministério Público (MP) estadual. A ação civil pública, ajuizada ontem pelo MP em Foz, também coloca no polo passivo o então procurador-jurídico do município, Emerson Roberto Castilha, a empresa contratada sem licitação e sua proprietária, Lucian André Vacari.

Segundo o MP, não havia razão legal para a inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa faria um serviço completamente ordinário: a locação de stands que foram utilizados em um desfile de carnaval em Porto Alegre (RS) em março deste ano. Além de qualquer empresa poder prestar o serviço, a contratada, àquela época, não tinha alvará de funcionamento. Os stands foram utilizados pela Secretaria de Turismo de Foz para divulgar a cidade.

O secretário de Governo de Foz, Osli Souza Machado, encarregado de falar em nome dos acusados, disse que o município continuará sustentando a legalidade do processo. "A intenção era captar turistas em Porto Alegre; foi um investimento", afirmou, sem explicar qual foi o motivo alegado para a ausência de licitação. "Decidiu-se por Porto Alegre e não havia como realizar licitação."

Na ação, o MP pede, entre outras coisas, a suspensão dos direitos políticos dos envolvidos.

# FOLHA DE LONDRINA

## 22 NOV 2011

### Devolução de ações da Sercomtel chega à Câmara

Edson Ferreira  
Reportagem local

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara de Vereadores de Londrina deu parecer favorável à tramitação do projeto de lei de autoria do Executivo que propõe a devolução de ações da Sercomtel S.A. - Telecomunicações aos cidadãos que adquiriram linha telefônica antes da transformação da empresa em sociedade de economia mista de capital aberto, em 1995. Segundo o presidente da comissão, vereador Sebastião Raimundo da Silva (PDT), a matéria vai ser votada ainda neste ano.

Na justificativa do projeto, o Executivo cita a lei 6.666, de 27 de junho de 1996, que instituiu o Estatuto Social da Sercomtel "assegurando aos proprietários de linha de telefone a opção de converter tal direito de uso em direito acionário, composto exclusivamente por ações preferenciais, até o valor de recompra de linha". No entanto, no texto enviado ao Legislativo, a prefeitura reconhece que "não foram reservadas ações para efetivar o di-

reito acionário". Apesar da previsão legal, o presidente da empresa Roberto Coutinho Mendes explicou que a devolução aos usuários depende da aprovação dos vereadores. "De acordo com lei municipal essa autorização é necessária porque as ações são municipais."

O Ministério Público (MP) ingressou com ação na Justiça de Londrina em 2001 em nome de mais de 60 mil usuários, reivindicando as ações na telefônica. "Nossos pedidos foram julgados procedentes, mas a Sercomtel recorreu ao Tribunal de Justiça", afirmou o promotor de Defesa do Consumidor Miguel Jorge Sogalar. O recurso, segundo o presidente da empresa, foi movido por uma obrigação legal, "porque a Sercomtel tem outro sócio", no caso, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). "Ela (Copel) não tem obrigação sobre a devolução das ações", explicou Coutinho Mendes. Como são ações sem direito a voto, a composição acionária da empresa - a maior parte é do município, que detém 55% - não será afetada com a devolução.

22 NOV 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### Derosso pede afastamento de 90 dias

**Luclana Cristo**  
*Equipe da Folha*

**Curitiba** - Quatro meses depois do início das denúncias de irregularidades envolvendo o presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB) pediu ontem seu afastamento da presidência do Legislativo pelo período de 90 dias. Quem fica no lugar de Derosso é o vice-presidente da Casa, vereador Sabino Picolo (DEM). Derosso também anunciou seu afastamento do PSDB. A decisão ocorreu menos de uma semana depois que o Ministério Público (MP) estadual ingressou com ação civil pública por improbidade administrativa contra Derosso e que também pedia o afastamento dele do cargo.

O requerimento que pedia o afastamento na Câmara precisava passar por aprovação dos demais vereadores, o que foi feito na sessão plenária de ontem em menos de dez segundos, sem apartes da situação ou da oposição. O próprio Derosso não apareceu em plenário e, no documento que solicita a sua saída, não foi apresentada nenhuma justifi-

caliva. A decisão teria sido tomada em conjunto com os demais vereadores do PSDB.

Esse afastamento temporário de Derosso já havia sido pedido por vereadores da bancada de oposição por diversas vezes, culminando, nos últimos meses, na criação de um movimento, o "Fora Derosso", que mais de uma vez chegou a reunir populares, políticos da oposição e movimentos sociais pelo centro de Curitiba. Derosso é acusado de ter beneficiado a esposa dele, a jornalista Cláudia Quelroz Guedes, em contratos de publicidade firmados pela Câmara entre 2006 e 2010. Proprietária da empresa Oficina da Notícia, Cláudia administrou quase R\$ 6 milhões em serviços de publicidade durante este período. Além do MP, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investiga em que tipo de serviços esse dinheiro foi empregado.

A esposa de Derosso, por sua vez, pediu afastamento da TV E-Paraná, onde apresentava um programa de variedades matinal, no final de agosto. Ela alegou problemas de saúde. Desde então, não voltou mais a apresentar o programa.

22 NOV 2011

# FOLHA DE LONDRINA

## Decretada prisão preventiva de jovem

Vítor Ogawa  
*Reportagem Local*

**Arapongas** – A Justiça de Arapongas (Norte) determinou a prisão preventiva de Daniel Rodrigues, de 21 anos, acusado de ter atropelado e omitido socorro ao garoto Eduardo Henrique de Matos, de 11 anos, no dia 15 de novembro. O caso teria ocorrido durante um racha entre três motocicletas no Parque Industrial Araucária. O garoto não resistiu aos ferimentos e morreu três dias depois. A decisão judicial atende a um pedido do delegado Walter Helmut.

O acusado foi preso na quarta-feira em Rolândia (Norte) e, segundo a Polícia Civil, confirmou ter participado dos rachas. Os outros dois motociclistas acusados de envolvimento na disputa foram enquadrados por direção perigosa e respondem ao Inquérito em liberdade.

O irmão do garoto, Johnni Momento, afirmou que a família irá fazer o possível para que o responsável pela morte de Eduardo seja punido. "Nós queremos justiça. Agora só resta à

família tocar a vida para frente", resumiu. Johnni lembra que seu irmão era um amante de esportes motorizados e que gostava de ir à uma oficina especializada em motocross. "Ele acompanhou um racha uma vez e eu falei que era perigoso, para não voltar lá", lembrou.

No domingo a Polícia Militar (PM) realizou uma operação de fiscalização para colir rachas e apreendeu sete carros, duas motocicletas e realizou duas notificações de

natureza grave e gravíssima no Parque Industrial Araucária.

Segundo o tenente Vilson

Laurentino da Silva, um dos casos é de um jovem de 19 anos que realizava manobras conhecidas popularmente como "cavalo de pau" e estava sem habilitação. "A detenção desse motorista foi possível graças ao serviço de Inteligência da Polícia", destacou.

O tenente explicou que a população pode denunciar a realização de rachas pelo fone 0800-433434 ou 181.

A reportagem tentou contato com a defesa do jovem, mas não conseguiu.

**Ele é  
acusado de  
atropelar  
garoto**

# PARANÁ ONLINE

## Dallari faz conferência magna de abertura sobre tema principal da Conferência

### 21 NOV 2011

O jurista Dalmo Dallari iniciou há pouco a conferência magna de abertura da XXI Conferência Nacional dos Advogados, evento que acontecerá até a próxima quinta-feira (24) no Centro de Convenções ExpoUnimed em Curitiba. Dallari abordará, no auditório do Teatro Positivo, o tema principal da Conferência - "Liberdade, Democracia e Meio Ambiente".

A primeira série de painéis da Conferência ocorrerá a partir das 14h30 com os seguintes temas: Direitos Políticos; Direito de Liberdade; Direitos e Garantias do Investigado, Indiciado e Réu; e Segurança Pública.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, abrirá os debates do Painel 2, sobre a Segurança Pública, com a palestra "Valorização da Atividade Policial Comprometida com os Direitos Humanos". Em abordagem correlata, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello apresentará o tópico "Dignidade Humana e Combate ao Crime". Já o advogado Jorge Fontoura falará sobre o "Respeito às garantias civis nas comunidades carentes". O painel abordará também "Os Dilemas do Sistema Penitenciário brasileiro", com o procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, e as questões relativas ao cumprimento da pena, com José Roberto Batocchio, ex-presidente da OAB.

Com temática complementar, o painel "Direitos e Garantias do Investigado, Indiciado e Réu", que ocorre paralelamente, dividirá as atenções dos advogados criminalistas. Para falar sobre o Princípio da Presunção de Inocência, estará presente o ministro do STF José Antonio Dias Toffoli. O advogado Jacinto Nelson de Miranda Coutinho abordará as questões da prova ilícita e da responsabilidade pelo abuso de autoridade, enquanto o advogado Alberto Zacharias Toron analisará o instituto do Habeas Corpus. A partir do projeto do novo Código de Processo Penal, o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Fernando Fragoso, fará considerações sobre a figura do juiz de garantias. Por sua vez, Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça, discorrerá sobre o tópico "A Influência da Mídia nos Processos Criminais".

A mídia também estará no cerne da palestra "Liberdade de Imprensa e a Intervenção do Estado", que será apresentada pelo ministro do STF Carlos Ayres Britto, no painel sobre o Direito de Liberdade. Desse painel participará outro ministro do STF, Gilmar Mendes, que tratará de inviolabilidade das comunicações, escutas e privacidade. Já o advogado Antonio Carlos Rodrigues do Amaral falará sobre o direito do cidadão ao sigilo fiscal, impondo limites ao poder do Estado. O mesmo Estado que, laico, deve promover a liberdade religiosa, tema que será analisado pela antropóloga Débora Diniz. Outra

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

## **PARANÁ ONLINE**

liberdade, a de opção sexual, será abordada em palestra sobre a união homoafetiva, ministrada pela jurista Maria Berenice Dias.

**21 NOV 2011**

Ainda no dia de hoje, merece especial atenção o painel sobre os Direitos Políticos. Isso porque o Congresso Nacional, finalmente, parece engatinhar em direção à reforma política. Para refletir sobre tal reforma, virá a Curitiba o ministro do STF Ricardo Lewandowski, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Além dessa abordagem geral, questões específicas serão discutidas, como: a reeleição para cargos executivos (por Cláudio Pereira de Souza Neto, conselheiro federal da OAB), as listas eleitorais (por outro conselheiro federal da Ordem, Marcelo Henrique Brabo Magalhães) e a cláusula de barreira e coligação proporcional (por Carlos Eduardo Caputo Bastos, ex-ministro do TSE). Com tantos tópicos importantes em discussão, espera-se que esse painel contribua para a tão esperada reforma política. É o que afirma o advogado Arnaldo Versiani, ministro do TSE, que falará sobre financiamento e gastos de campanha: "A Conferência será um ambiente mais que propício para se discutir essas ideias e, em seguida, levá-las ao conhecimento do Congresso Nacional".

*(Fonte: OAB Federal)*

# CONJUR

## Cartorário é condenado por descumprir ordem judicial **21 NOV 2011**

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que os cartórios não podem condicionar o cumprimento de ordem judicial ao pagamento prévio de custas. Por unanimidade, a Turma rejeitou o Recurso Especial de um oficial de cartório do Rio, que não cancelou um protesto, exigindo o pagamento prévio das custas. Para a ministra Nancy Andrighi, relatora do recurso, o oficial cometeu ato ilícito.

No caso, uma cliente do Banco do Brasil teve o nome protestado no Cartório do 5º Ofício de Protesto de São Gonçalo (RJ), por falta de pagamento a uma escola. A primeira instância condenou as duas instituições ao pagamento de R\$ 7 mil por danos morais e determinou que o oficial do cartório excluísse o protesto em 48 horas. O oficial se negou a obedecer a ordem judicial em razão da falta de pagamento de emolumentos. E, então, foi condenado a pagar R\$ 5 mil de indenização.

Ambos recorreram ao Tribunal de Justiça do Rio, mas tiveram seus pedidos rejeitados. O pedido para aumentar o valor da indenização foi rejeitado e, ao oficial do cartório, negou-se provimento porque ele não poderia impor condições para cumprir a ordem judicial. O oficial do cartório alegou ao STJ ofensa ao artigo 26, parágrafo 3º, da Lei 9.492/97, que determina o pagamento dos emolumentos pelo interessado no cancelamento do protesto.

No entanto, a jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que o cancelamento do protesto, mediante o pagamento das custas cartorárias, compete ao devedor, quando se tratar de protesto devido. “Em se tratando de cancelamento do protesto determinado por ordem judicial, contudo, deve-se analisar o conteúdo dessa determinação: se condicionada ao pagamento de emolumentos ou se impositiva, que deve ser cumprida sob qualquer condição”, afirmou a ministra Nancy Andrighi. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

**REsp 1100521**

# CONJUR

## Prova de má-fé é suficiente para caracterizar fraude

21 NOV 2011

O ministro Villas Bôas Cueva, da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, rejeitou um pedido em Embargos à Execução, conforme o entendimento já estabelecido pela Súmula 375, por entender que houve má-fé por parte dos adquirentes do imóvel penhorado. A turma acompanhou o voto do ministro Cueva, que concordou com a decisão proferida nos julgamentos de primeira e de segunda instâncias.

Os pais da embargante adquiriram o imóvel que, posteriormente, foi novamente vendido para uma terceira pessoa. Este terceiro o alienou à filha dos proprietários anteriores. De acordo com o acórdão estadual, o adquirente dispensou expressamente a apresentação de certidões sobre os vendedores. Para o ministro, “essa constatação é suficiente para caracterizar a fraude, tornando ineficazes os negócios jurídicos realizados”.

De acordo com a jurisprudência do STJ, “o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do adquirente”. Para Cueva, apenas a comprovação de má-fé basta para caracterizar a fraude. O acórdão estadual considerou que a má-fé do executado e do adquirente é clara. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

**REsp 312661**